

# Boletim de Conjuntura

DISTRITO FEDERAL

---

Número 19 – 4º trimestre de 2021

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

**Ibaneis Rocha**  
Governador

**Marcus Vinicius Britto**  
Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA - SEEC  
**José Itamar Feitosa**  
Secretário

COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL -  
CODEPLAN  
**Jeansley Lima**  
Presidente

**Sônia Gontijo Chagas Gonzaga**  
Diretora Administrativa e Financeira

**Clarissa Jahns Schlabit**  
Diretora de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas

**Daienne Amaral Machado**  
Diretora de Estudos e Políticas Sociais

**Renata Florentino de Faria Santos**  
Diretora de Estudos Urbanos e Ambientais

---

**EQUIPE RESPONSÁVEL**

**Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas| DIEPS**

*Diretora* – Clarissa Jahns Schlabit

**Gerência de Contas e Estudos Setoriais - Gecon**

*Gerente* - Jéssica Filardi Milker Figueiredo

Eurípedes Regina Rodrigues de Oliveira

Sandra Regina Andrade Silva

Renato Costa Coitinho

**Revisão de Original e Copidesque**

Eliane Menezes

# Sumário

Introdução

Seção I – Economia Brasileira

Seção II – Atividade Econômica do Distrito Federal

Seção III – Análise de Preços

Seção IV – Mercado de Trabalho

Considerações finais

# Introdução

O desempenho da economia brasileira surpreendeu as expectativas de uma recuperação lenta diante da persistência da pandemia e cresceu 4,6% em 2021. Conforme as medidas restritivas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e à circulação de pessoas foram sendo flexibilizadas, as atividades produtivas tornaram-se mais dinâmicas, o que repercutiu positivamente sobre o mercado de trabalho e sobre o nível de consumo. Com a retomada do pagamento do auxílio emergencial em abril de 2021, ainda que em um valor mais modesto, esse processo foi reforçado. Contudo, alguns fatores pontuais atrapalharam uma expansão mais intensa. A existência de uma massa de desempregados expressiva motivou a queda dos rendimentos médios dos ocupados, enquanto a manutenção de uma elevada inflação ajudou a corroer o poder de compra da população.

Essa dinâmica fez com que o ritmo de crescimento perdesse fôlego nos últimos trimestres, mas construiu um ambiente de negócios mais otimista e mais dinâmico que o observado ao longo de 2020. Esses aspectos alicerçam as considerações da décima nona edição do Boletim de Conjuntura do Distrito Federal, lançando luz sobre a evolução do Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal (Idecon/DF) e explicando a performance dos principais indicadores econômicos regionais em sua trajetória de recuperação das perdas proporcionadas pela crise sanitária mundial. Com essa melhora, o governo federal pode amainar o nível de incentivos fiscais concedidos à título de auxílio emergencial e, conseqüentemente, reduzir as suas despesas e recompor parte do equilíbrio das contas públicas.

Apesar do clima de contentamento, é possível identificar alguns sinais que devem dificultar a manutenção da tendência altista. Os alertas surgem do aumento do nível de incerteza com a aproximação e falta de definição das eleições presidenciais, a possibilidade de prolongamento da crise hídrica e a persistência de uma inflação alta e disseminada. Fatores externos, como a escalada das tensões entre Rússia e Ucrânia com repercussão sobre o comércio internacional, reforçam os desestímulos ao nível de atividade produtiva seja em nível nacional ou regional.

O diagnóstico completo do Boletim permite, assim, um balizamento para a tomada de decisões e acompanhamento da performance produtiva do país e, mais especificamente, do Distrito Federal. Dessa forma, ele auxilia a tornar as políticas públicas mais eficientes. Para isso, faz um breve relato sobre os principais acontecimentos no mercado nacional na primeira seção a fim de fundamentar o desempenho distrital, divulgando os resultados do Idecon/DF e analisando uma ampla gama de estatísticas econômicas, na sequência. O nível de preços mensurado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) é o tema debatido na terceira seção, enquanto a quarta seção se encarrega de avaliar os resultados do mercado de trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais com as expectativas e as perspectivas que podem ditar o nível de atividade econômica no início do ano de 2022.

# Seção I

## Economia Brasileira

### 1. Sumário

A economia brasileira cresceu 4,6% em 2021 em relação ao ano passado, totalizando R\$ 8,68 trilhões. O resultado refletiu, principalmente, o bom desempenho do setor de Serviços (+4,7%), que registrou alta em todas as suas atividades, e da Indústria (+4,5%) cujo crescimento foi motivado majoritariamente pelo segmento de Construção (+9,7%). A Agropecuária foi a única a apresentar variação negativa no período em função do fraco desempenho de algumas culturas da lavoura e da pecuária, impactadas, principalmente, pelas condições climáticas adversas. No quarto trimestre, o PIB brasileiro expandiu 1,6%, com apenas o setor de Serviços (+3,3%) mantendo sua trajetória ascendente. Nessa base de comparação, Indústria (-1,3%) e Agropecuária (-0,8%) recuaram.

Os indicadores do mercado de trabalho revelam que o maior nível de atividade econômica tem repercutido positivamente sobre as ocupações. Assim, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADCT) verificou tanto aumento do número de ocupados quanto redução da taxa de desemprego, que foi estimada em 11,1% no quarto trimestre, apresentando a sua terceira redução consecutiva no ano de 2021 e uma queda de 3,1 p.p. em relação ao final de 2020. Já o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED) mostra a criação líquida de mais de 2,73 milhões de vagas no mercado formal no ano, com 1,87 milhão de vagas no setor de Serviços, 719,90 mil vagas na Indústria e 140,93 mil vagas na Agropecuária.

A inflação brasileira, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acumulou alta de 9,34% entre janeiro e dezembro de 2021. O resultado veio após uma desaceleração no quarto trimestre (+2,96%) em relação ao trimestre anterior (3,02%). Ressalte-se que todos os grupos de bens e serviços observaram aumento de preços, e que a maior variação positiva foi notada no grupo dos Transportes, refletindo os aumentos de custo dos combustíveis.

O Governo Central obteve um resultado fiscal mais favorável diante de superávits nas contas dos estados e municípios, da recuperação de parte da arrecadação e da diminuição das despesas extras para lidar com a pandemia. O déficit acumulado em 2021 (R\$ 35,87 bilhões) diminuiu 95,2% em relação aos R\$ 745,27 bilhões anotados no ano anterior. Em termos de política monetária, a autoridade monetária persiste-se na resolução de aumentar a taxa de juros. A Selic chegou a 9,25% no final do quarto trimestre de 2021.

As expectativas de mercado, porém, indicam um cenário menos favorável para a economia brasileira em 2022, projetando um crescimento de apenas 0,30%<sup>1</sup> no ano, frente à manutenção de uma inflação em desaceleração, mas ainda elevada, e às incertezas políticas de um ano eleitoral.

---

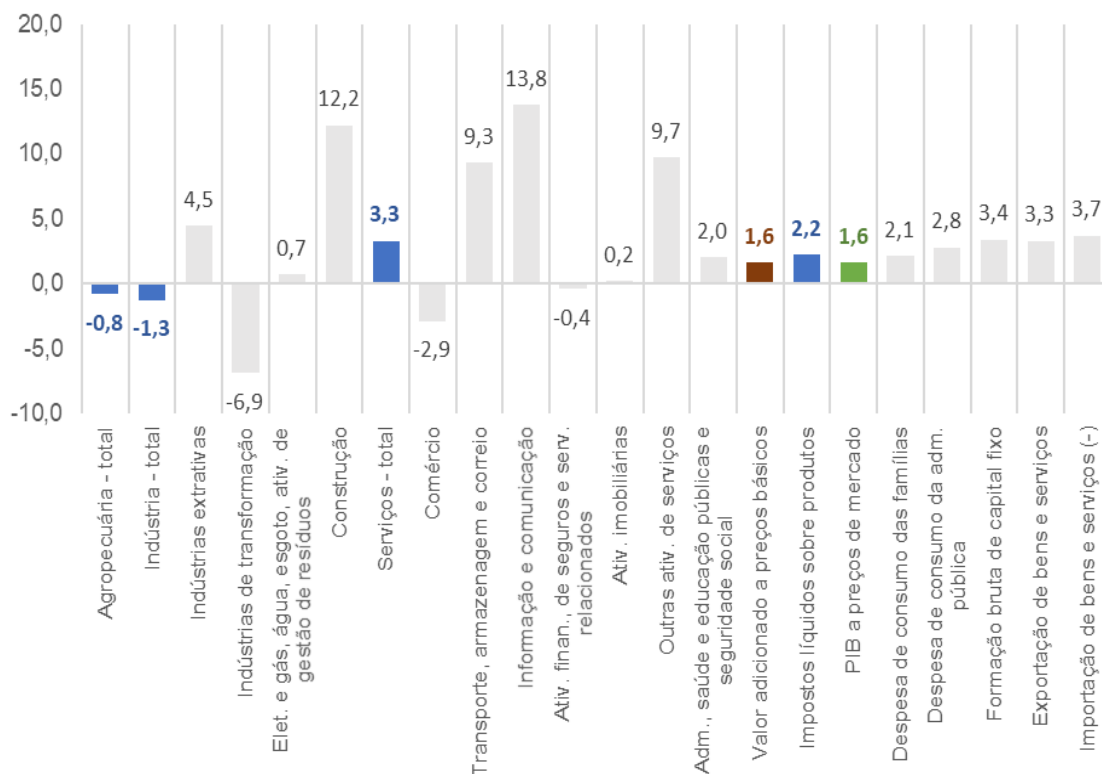
<sup>1</sup> Mediana das projeções do crescimento do PIB brasileiro até 25 de fevereiro de 2022.

## 2. Nível de atividade

### Resultado do 4º trimestre

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro chegou a R\$ 2,26 trilhões no quarto trimestre de 2021, o que representa uma alta de 1,6% no seu volume em relação ao mesmo trimestre de 2020 e o quarto resultado positivo consecutivo nessa base de comparação (Gráfico 1). Quando comparado ao trimestre anterior, o nível de atividade econômica apresentou relativa estabilidade, com uma expansão marginal de 0,5%, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse cenário mostra que a economia se encontra em um patamar melhor do que o observado no ano anterior, mas que deve ter dificuldades para manter uma trajetória sustentada de crescimento.

**Gráfico 1** – Produto Interno Bruto – Variação do trimestre contra o mesmo trimestre do ano anterior (%) – 4º trimestre de 2021 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O resultado positivo em relação ao último trimestre de 2020 foi assegurado pelo avanço de 3,3% nos Serviços, setor que apresentou alta em cinco dos sete segmentos acompanhados pelo IBGE nessa base de comparação. O destaque é conferido às atividades de Informação e Comunicação<sup>2</sup> (+13,8%), Outras

<sup>2</sup> Engloba telecomunicações, atividades de TV, rádio e cinema, edição de jornais, livros e revistas, informática e demais serviços relacionados às tecnologias da informação e comunicação (TICs).

atividades de serviços<sup>3</sup> (+9,7%) e Transporte, armazenagem e correio<sup>4</sup> (+9,3%). Os segmentos de Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (2,0%), e Atividades imobiliárias (0,2%) também cresceram no período, mas em menor magnitude.

Porém as Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,4%) e o Comércio<sup>5</sup> (-2,9%) amargaram retrações em relação ao quarto trimestre de 2020, com destaque para o segundo que apresentou crescimento no indicador nos três primeiros trimestres de 2021. A perda de fôlego observada no último trimestre esteve associada, entre outros fatores, à perda do poder de compra da população diante da redução dos rendimentos e de uma elevada inflação.

As atividades industriais também registraram queda de (-1,3%), estimuladas pela contração de 6,9% da Indústria de transformação, fruto de queda na fabricação de produtos alimentícios, móveis, bebidas, material elétrico e equipamentos de informática. Os demais segmentos tiveram crescimento em relação ao quarto trimestre de 2021. A Construção destacou-se com expansão de 12,2%, resultado corroborado pelo bom desempenho do segmento no mercado de trabalho. Do mesmo modo, as Indústrias extrativas (+4,5%), puxadas pelo avanço na extração de minério de ferro, e a Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (+0,7%) tiveram crescimento no trimestre.

Similarmente à Indústria, a Agropecuária observou queda (-0,8%) na variação do quarto trimestre contra o mesmo período do ano anterior, refletindo a retração na estimativa de produção anual e perda de produtividade nas lavouras de cana-de-açúcar (-10,1%) e de mandioca (-2,4%). Cabe mencionar que a Pecuária também registrou queda nessa base de comparação, enquanto a Produção Florestal teve alta.

Considerando a forma como os recursos da economia foram gastos pelos agentes econômicos<sup>6</sup>, todas formas de dispêndio verificaram aumento no quarto trimestre em relação a igual período de 2020. A maior alta na demanda interna foi registrada na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), cuja variação de 3,4% baseou-se na alta na produção e importação de bens de capital, assim como no crescimento na Construção. Esse é o quinto trimestre consecutivo que a FBCF apresenta variação positiva, o que traz perspectivas positivas por representar a realização de investimentos em expansão da capacidade produtiva do país.

---

<sup>3</sup> Engloba as seguintes atividades: serviços de alojamento em hotéis e similares; serviços de alimentação; serviços profissionais, científicos e técnicos; pesquisa e desenvolvimento mercantil; aluguéis não imobiliários; Outras atividades de serviços administrativos; educação mercantil; saúde mercantil; serviços de artes, cultura, esporte e recreação e serviços pessoais; serviços associativos; manutenção de computadores, telefonia e objetos domésticos; e serviços domésticos.

<sup>4</sup> Engloba transporte de carga e passageiros.

<sup>5</sup> Engloba comércio atacadista e varejista.

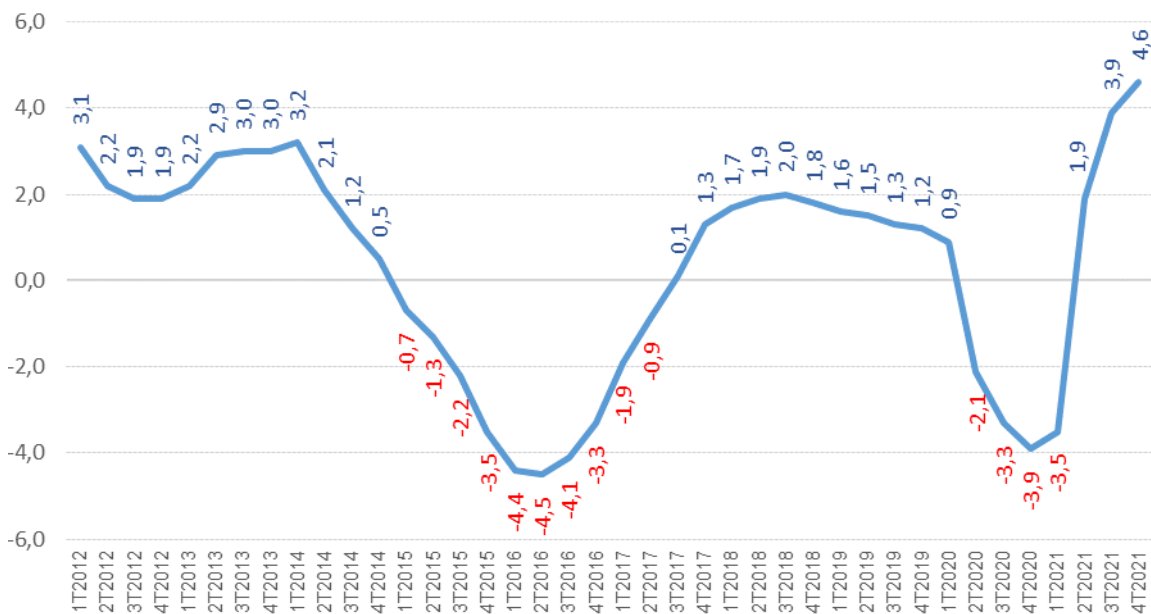
<sup>6</sup> Conhecida como ótica da despesa.

O consumo das famílias (+2,1%), influenciado pela redução do desemprego, pela expansão do crédito a pessoas físicas e pelo avanço da vacinação, bem como as despesas da Administração Pública (+2,8%) verificaram altas. No setor externo, tanto as Importações (+3,7%) quanto as Exportações (+3,3%) perceberam avanços no período. O primeiro refletiu as altas na aquisição de veículos automotores, produtos farmoquímicos, máquinas e equipamentos e produtos químicos, enquanto o segundo demonstrou o avanço em produtos de metal, máquinas e equipamentos e especialmente os serviços.

### Resultado acumulado em quatro trimestres

A economia brasileira segue apresentando um dinamismo superior ao registrado no ano anterior, que foi marcado pela queda da atividade produtiva devido à crise de saúde pública desencadeada pela Covid-19. Dessa forma, o PIB brasileiro assegurou, no ano de 2021, uma variação positiva de 4,6%, daí o crescimento em 8,5 pontos percentuais (p.p.) em relação ao resultado acumulado do ano anterior, de -3,9% (Gráfico 2). Em uma perspectiva histórica, esse é o maior percentual registrado para um ano desde 2010 quando houve crescimento de 7,5%.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 1º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2021 – Brasil

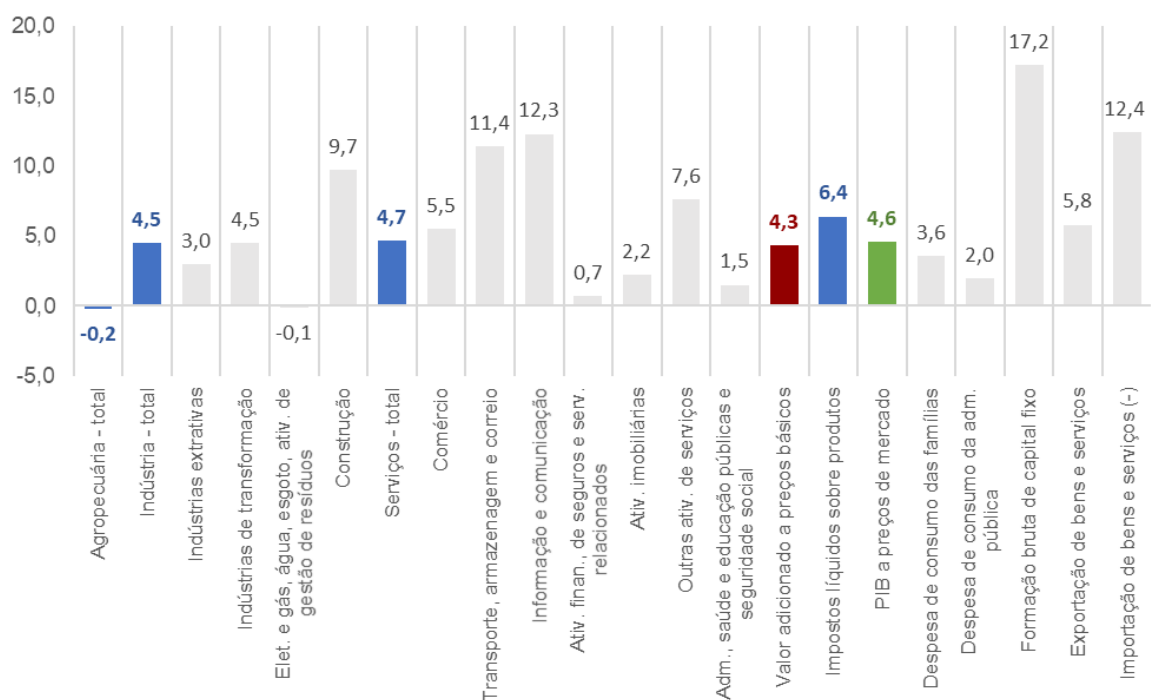


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan



Entre os principais setores produtivos, os Serviços tiveram a maior expansão do nível de atividade produtiva; observou-se uma variação positiva estimada em 4,7% no ano de 2021 em comparação com 2020 (Gráfico 3). Nessa base, todos os segmentos registraram alta. Os melhores desempenhos foram verificados nos serviços de Informação e comunicação (12,3%), Transporte, armazenagem e correio (11,4%), Outras atividades de serviços (7,6%) e Comércio (5,5%). As Atividades imobiliárias (2,2%), Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade (1,5%) e Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,7%) tiveram crescimentos menos intensos.

Gráfico 3 – Produto Interno Bruto – Variação acumulada em quatro trimestres contra o mesmo período do ano anterior (%) – 4º trimestre de 2021 – Brasil



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

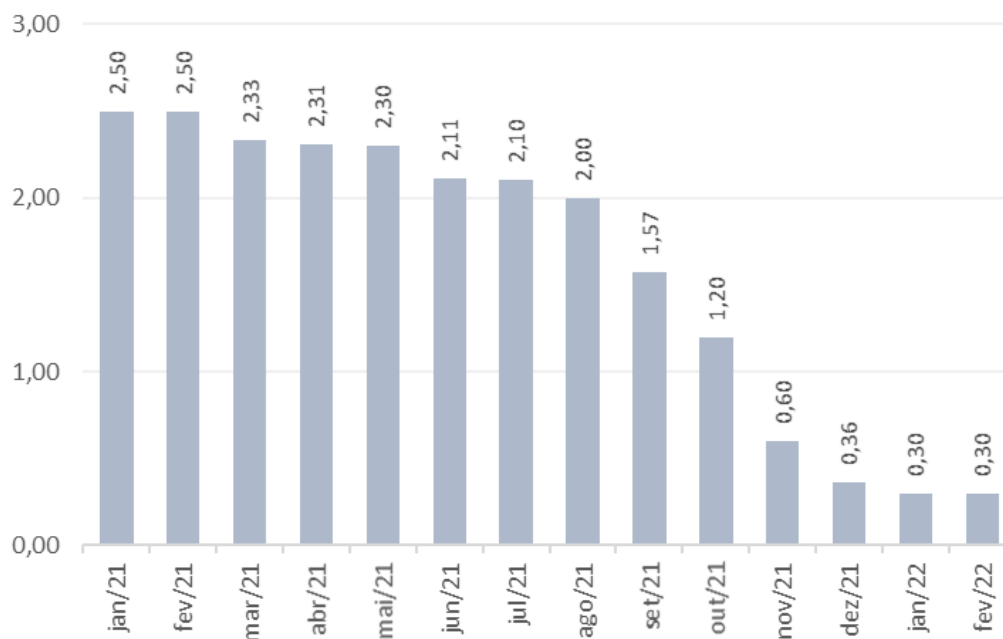
A Indústria também verificou expansão e registrou alta de 4,5% em 2021 em relação ao ano anterior. Esse resultado foi incentivado pelo bom desempenho da Construção (+9,7%) e pelas contribuições positivas das Indústrias de transformação (+4,5%) e Indústrias extrativas (+3,0%). O segmento de Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos permaneceu estável, com variação de -0,1%.

Por fim, a Agropecuária apresentou relativa estabilidade em 2021 em relação ao ano anterior (variação de -0,2%). O crescimento anual da produção de soja (11,0%) não foi suficiente para suplantar a queda na produção de culturas importantes como as de cana-de-açúcar (-10,1%), milho (-15,0%) e café (-21,1%).

Pela ótica das despesas, o resultado das contas de dispêndio acumuladas no ano apresentou um padrão de desempenho semelhante ao verificado no último trimestre de 2021. A expansão da FBCF segue intensa, com alta de 17,2% em função da expansão dos investimentos em máquinas e equipamentos (+23,6%) e construção (+12,8%). As despesas de consumo das famílias (+3,6%) e da administração pública (+2,0%) também observaram expansão. Esse comportamento demonstra que está havendo uma melhora do consumo, o que, em parte, está relacionado com a melhora dos indicadores do mercado de trabalho. O saldo da balança comercial brasileira, por sua vez, viu-se prejudicado pelo fato de as Importações (+12,4%) terem registrado um aumento superior ao das Exportações que registraram alta de 5,8%.

Apesar dos sinais de recuperação da economia brasileira ao longo de 2021, as expectativas de mercado revelam um forte pessimismo com o crescimento do país em 2022. As projeções para a variação PIB nacional para o ano de 2022 recuaram de 2,50%, no início de 2021, para 0,36% em dezembro, atingindo 0,30% em fevereiro de 2022<sup>7</sup> (Gráfico 4). Essas revisões podem ser atribuídas, em parte, à persistência da alta da inflação observada a partir do segundo semestre de 2021, aliada às incertezas inerentes a um ano eleitoral e a instabilidades relacionadas a questões externas como a guerra na Ucrânia<sup>8</sup>.

Gráfico 4 – Produto Interno Bruto – Mediana das expectativas de crescimento do PIB brasileiro em 2022, por mês – Brasil – %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

<sup>7</sup> Mediana das projeções do crescimento do PIB brasileiro até 25 de fevereiro de 2022.

<sup>8</sup> Em 24 de fevereiro de 2022, quando a Rússia decidiu invadir a Ucrânia trouxe impactos negativos sobre o comércio de bens estratégicos como gás, petróleo, grãos e fertilizantes, e isso repercutiu de forma desfavorável sobre a economia mundial.

### 3. Mercado de trabalho

No último trimestre de 2021, o número de ocupados cresceu 9,8% em relação ao quarto trimestre de 2020 (87,22 mil pessoas), atingindo 95,75 mil pessoas, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de Divulgação Trimestral (PNADCT). Dessa forma, o mercado de trabalho manteve-se em uma trajetória de recuperação com a taxa de desemprego, estimada em 11,1% no quarto trimestre, apresentando a sua terceira redução consecutiva no ano e uma queda de 3,1 pontos percentuais (p.p.) em relação ao final de 2020. A taxa de participação mostrou aumento no período analisado e alcançou 62,5%, o maior valor para o indicador desde o primeiro trimestre de 2020, evidenciando que o mercado de trabalho já superou as perdas ocorridas durante a pandemia e encontra-se em um momento mais aquecido.

O mercado de trabalho formal também vem apresentando sucessivos saldos positivos de acordo com os dados divulgados pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED). Em 2021, foram criadas 2,73 milhões de vagas de emprego formal no Brasil, valor que superou a destruição líquida de postos de trabalho verificada em 2020 (-191,46 mil vagas). Esse movimento corrobora a recuperação plena do nível de trabalho no país. Ressalte-se que todos os grandes setores apresentaram crescimento no acumulado no ano de 2021. Os Serviços novamente lideraram a criação de vagas, com 1,87 milhão de empregos, seguidos pelos resultados obtidos pela Indústria (+719,90 mil vagas) e pela Agropecuária (+140,93 mil vagas).

### 4. Inflação

A inflação brasileira acumulou alta de 9,34% em 2021 segundo as informações divulgadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Todos os nove grupos pesquisados pelo IBGE tiveram aumento de preços no período. A maior variação positiva foi notada no grupo de Transportes que apresentou aumento de 21,03% e uma contribuição de 4,01 pontos percentuais (p.p.) motivados pelo comportamento dos preços da Gasolina (+47,49%), Automóvel novo (+16,16%) e Transporte Público (+17,59%).

Os grupos de Habitação (+13,05% ou 1,95 p.p.) e Alimentação e bebidas (+7,94% ou 1,61 p.p.) também pressionaram a inflação no ano. No caso do primeiro, o percentual reflete os aumentos recorrentes nos preços de taxas como o Aluguel residencial (+6,96%), bem como em bens essenciais para as famílias como a Energia elétrica residencial (+21,21%) e o Gás de botijão (+36,99%). Já, no segundo, o aumento bem disseminado nos preços de diversos produtos levou a um avanço de 8,24% nos custos da Alimentação no domicílio. Os demais grupos apresentaram contribuições positivas, porém menos intensas.

Um fator complicador é que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)<sup>9</sup> percebeu uma variação mais intensa para as famílias de mais baixa renda, observando uma alta de 10,16% nos preços praticados no Brasil. Dessa forma, a inflação, medida por ambos os indicadores, afastou-se significativamente do limite superior da meta estipulada pelo Banco Central para 2021 (+5,25%).

## **5. Política fiscal e monetária**

Em 2021, o Resultado Primário do Governo Central foi estimado em déficit de R\$ 35,87 bilhões, montante que representa uma redução de 95,2% em relação ao montante observado no ano anterior (R\$ 745,27 bilhões). Novamente, o resultado fiscal mais favorável retrata, entre outros fatores, a obtenção de superávits nas contas dos estados e municípios, a recuperação de parte da arrecadação e a diminuição das despesas extras para lidar com a pandemia.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central (COPOM), por sua vez, decidiu elevar o ritmo de aumento da taxa básica de juros, Selic, frente a um cenário de crescente aumento de preços motivados por fatores externos, como a valorização das commodities e o avanço das campanhas de vacinação em países europeus e nos Estados Unidos, e por fatores internos, como a crise hídrica e a percepção de um aumento do risco político. Por conseguinte, a Selic foi elevada de 6,25% a.a., no final do terceiro trimestre, para 7,75% a.a. em outubro; e para 9,25% a.a., em dezembro. O movimento de elevação da Selic continuou em 2022; foi reajustada para 10,75%, em fevereiro, e deve estabelecer novas altas até que a taxa atinja 12,25% no final do ano segundo as expectativas de mercado<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> O INPC analisa o comportamento dos preços para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos, enquanto o IPCA captura a inflação para uma gama mais ampla de famílias, avaliando aquelas com renda de um a 40 salários mínimos.

<sup>10</sup> Relatório Focus de 25 de fevereiro de 2022.

# Seção II

## Atividade Econômica do Distrito Federal

### 1. Sumário

A economia do Distrito Federal cresceu 3,6% em 2021 em relação a 2020, refletindo o bom desempenho observado nos setores de Serviços (+3,6%) e da Indústria (+5,2%). A Agropecuária, influenciada por fatores climáticos adversos e pela comparação com uma base alargada devido à supersafra de 2020, amargou uma retração de 3,0% no acumulado em quatro trimestres. O bom desempenho revelado pelas informações do Idecon-DF reflete, entre outros fatores, um maior dinamismo das atividades produtivas devido a um ambiente de negócios mais flexível diante da redução das restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Vale mencionar que esse padrão de crescimento foi observado em todos os quatro trimestres de 2021. Assim, no último trimestre do ano, o Idecon-DF expandiu 3,0% puxado, novamente, pelos serviços (+2,9%) e pelas atividades industriais (+4,4%). O setor agropecuário, por sua vez, verificou queda de 1,8%. Nessa base de comparação, o Brasil registrou alta de 1,6%.

As pesquisas setoriais divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o volume de comércio varejista ampliado arrefeceu na capital federal, registrando queda de 2,2% no acumulado em 12 meses. Parte desse comportamento se deve a redução do poder de compra da população em função da persistente inflação e da redução dos rendimentos médios reais dos ocupados. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), por sua vez, aponta alta de 7,9% em 2021 em relação ao ano passado, indicando que o segmento encontra-se mais dinâmico.

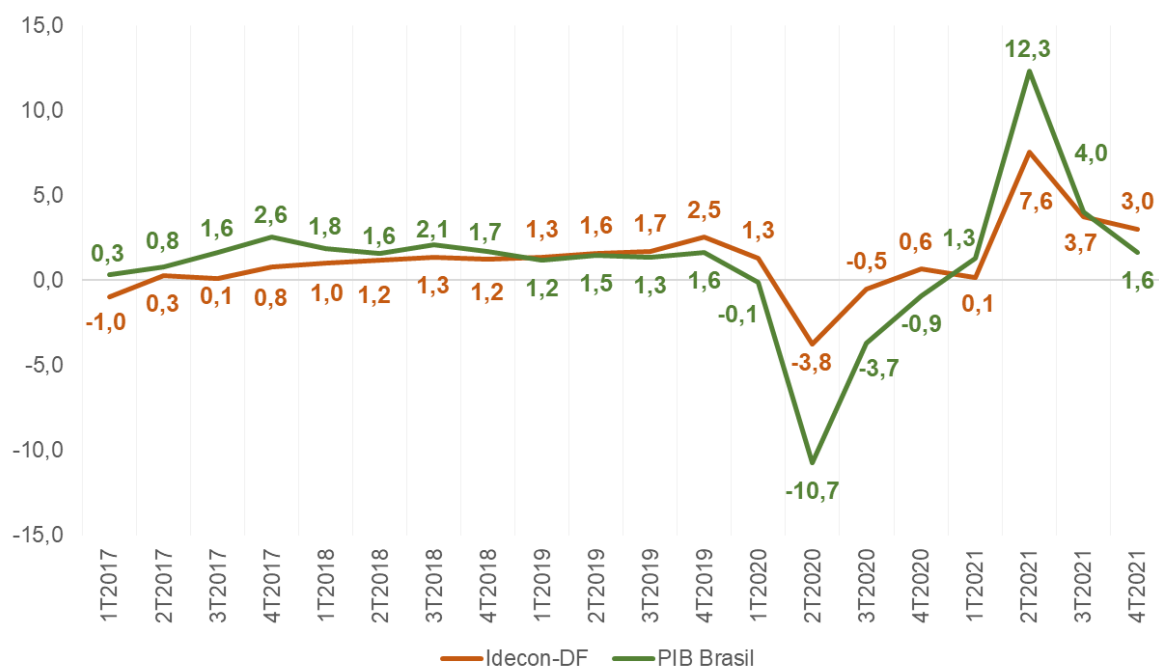
Os indicadores auxiliares revelam que o mercado financeiro mostra uma trajetória crescente do saldo de crédito concedido a pessoas físicas, indicando uma possível recomposição do poder de compra da população e, assim, sustentar o consumo local. No que se refere ao crédito contratado por pessoas jurídicas, nota-se relativa estabilidade do saldo. Esse comportamento pode estar atrelado às constantes elevações da taxa de juros básica da economia brasileira, taxa Selic, que encareceram e desestimularam as operações. O mercado externo também traz sinais de recuperação. Com crescimento econômico e o avanço da vacinação nas principais economias mundiais, as exportações e as importações distritais apresentaram bom desempenho e sustentaram sucessivos resultados positivos ao longo de 2021.

## 2. Índice de Desempenho Econômico do Distrito Federal – Idecon-DF

### Resultado do 4º trimestre

A economia distrital continuou em sua trajetória de crescimento e apresentou alta de 3,0% no quarto trimestre de 2021 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (Gráfico 1). Dessa forma, o Idecon-DF registrou quatro altas consecutivas nessa base de comparação. Além disso, o resultado da capital federal foi quase o dobro do percentual observado para a economia brasileira no mesmo período (1,6%). Com isso, é possível afirmar que o menor nível de restrição imposto às atividades produtivas locais, bem como a maior circulação das pessoas, propiciaram um desempenho mais dinâmico da oferta e da demanda que, conseqüentemente, favoreceu a economia distrital.

**Gráfico 1 – PIB-Brasil e Idecon-DF: Variação trimestral (%) do Nível de atividade econômica – Trimestre em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – 1T2017 a 4T2021**

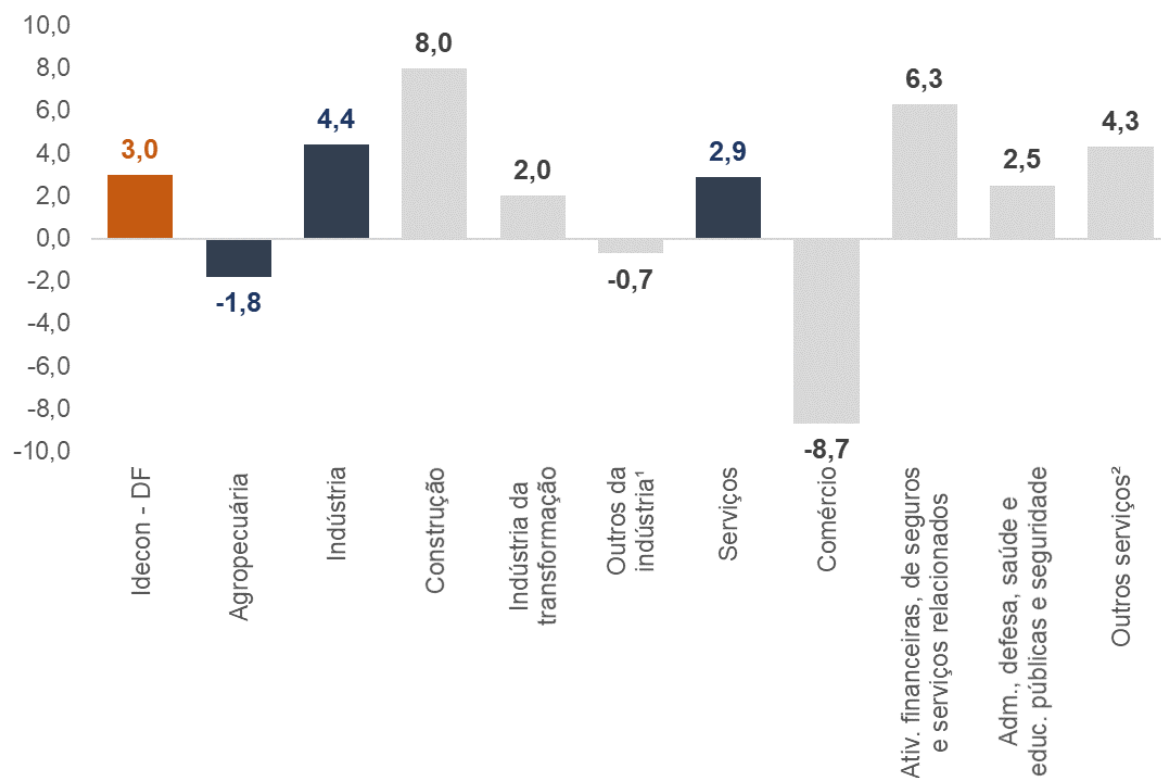


Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Entre os setores produtivos, a *Indústria* (+4,4%) foi o que apresentou maior variação positiva no quarto trimestre em relação ao mesmo período de 2020. A sua performance retratou, majoritariamente, o incremento de 8,0% na *Construção* e de 2,0% na *Indústria da transformação*. O segmento de *Outros da indústria* permaneceu relativamente estável com uma leve contração de 0,7%.

No entanto, é a performance do setor de *Serviços* que normalmente dita os rumos da economia do Distrito Federal por possuir uma elevada representatividade, respondendo por 95,3% da estrutura produtiva local. No quarto trimestre, essa atividade teve alta de 2,9%, refletindo as variações positivas em três dos seus quatro segmentos (Gráfico 2). Apenas o *Comércio* (-8,7%) verificou queda no comparativo dos quartos trimestres de 2020 e 2021

**Gráfico 2 – Idecon-DF: Variação Trimestral (%) por Segmentos de Atividade Econômica – Distrito Federal – Trimestre em relação ao mesmo trimestre no ano anterior – 4T2021**



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

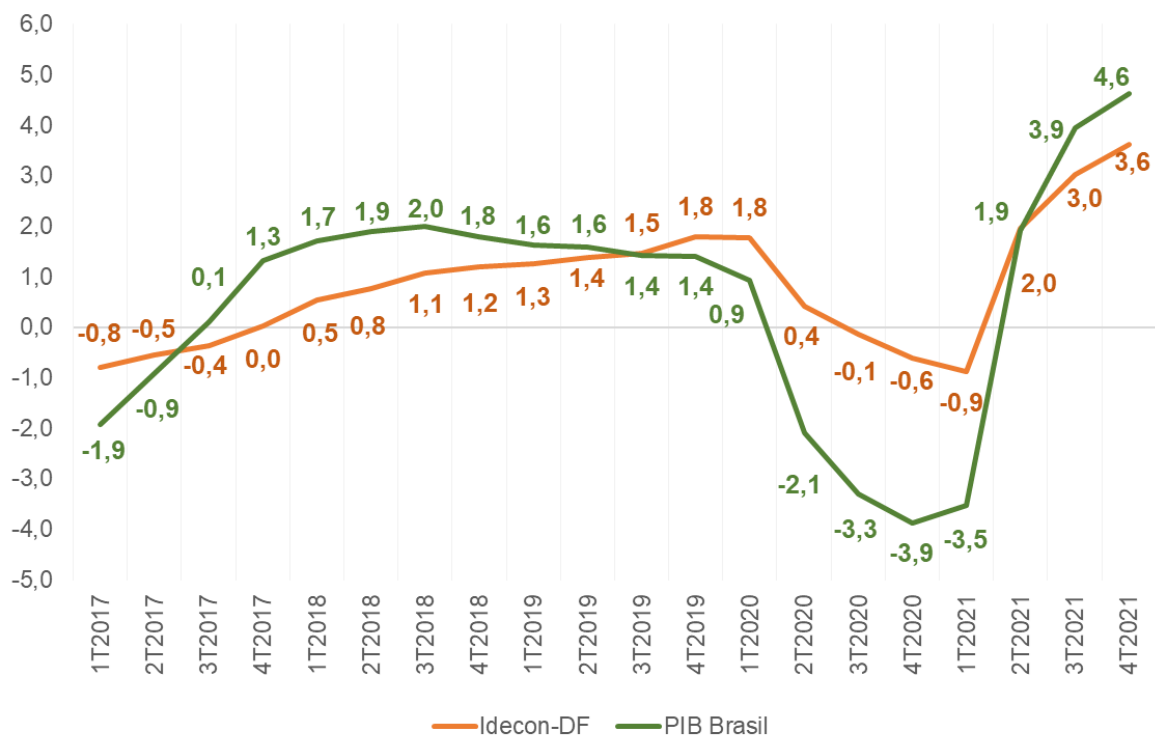
Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A *Agropecuária* manteve-se como o único setor a apresentar contração nessa base de comparação. Em relação ao quarto trimestre de 2020, essa atividade encolheu 1,8%, influenciada, principalmente, pelas condições climáticas desfavoráveis que prejudicaram a produtividade das lavouras.

### Acumulado em quatro trimestres

No acumulado em quatro trimestres, o Idecon-DF observa uma expansão de 3,6% na economia distrital em relação a 2020 (Gráfico 3). Com a flexibilização das medidas adotadas para combater a disseminação da Covid-19, os setores produtivos atingidos, direta ou indiretamente, pelas ações passaram a apresentar um comportamento mais dinâmico e influenciaram positivamente a oferta, enquanto o avanço da vacinação e a recuperação do mercado de trabalho repercutiram positivamente sobre a demanda. Assim, a economia distrital tornou-se mais dinâmica e verificou avanço em todos os trimestres do ano. A expansão observada, apesar de ter ficado 1 ponto percentual (p.p.) abaixo do resultado nacional (4,6%), renovou o recorde de maior variação acumulada em quatro trimestres desde o início da série do indicador em 2012.

**Gráfico 3 – PIB-Brasil e Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) do Nível de atividade econômica – Taxa acumulada em quatro trimestres contra igual período do ano anterior – 1T2017 a 4T2021**



Fonte: Codeplan e IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

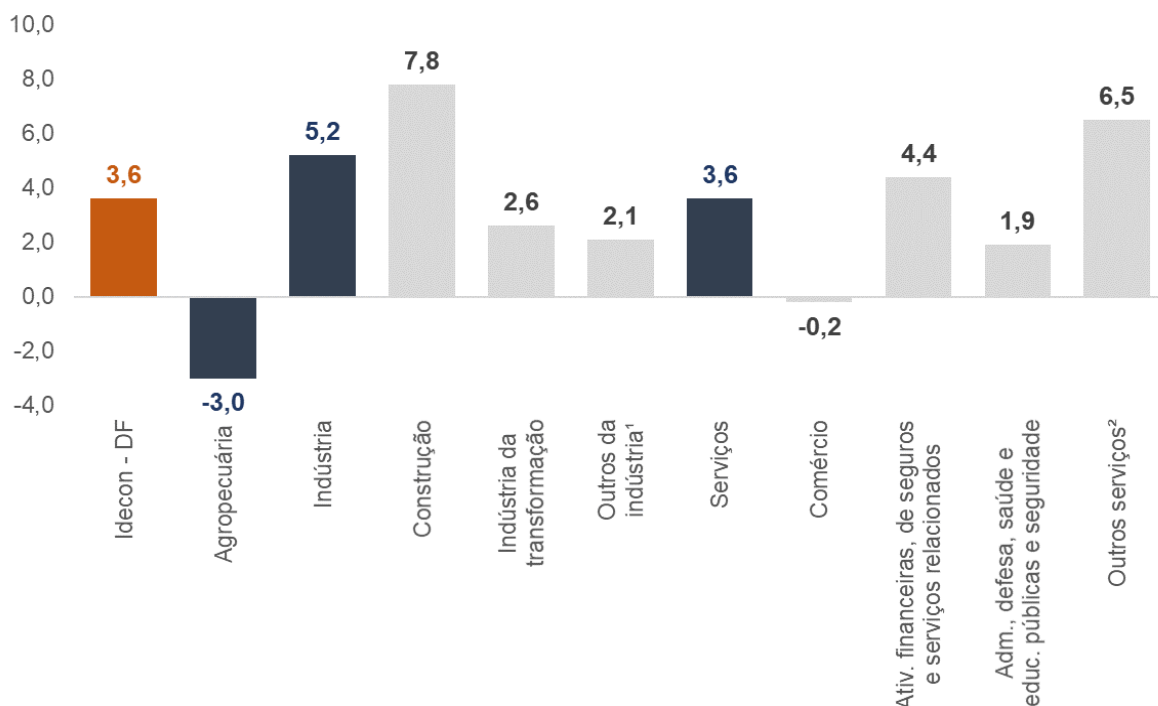
O padrão de crescimento observado entre os setores produtivos em 2021 seguiu o exemplo trimestral com progresso nas atividades secundárias e terciárias, enquanto as primárias recuaram no período.



Os *Serviços* acumularam alta de 3,6% em 2021 em comparação a 2020, igualando o percentual percebido pela economia como um todo. A performance desse setor resulta das variações positivas na *Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social* (+1,9%) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (+4,4%), subsetores de maior participação na economia local. A primeira foi favorecida por um maior número de atendimentos da saúde pública, enquanto a segunda continua a beneficiar-se, em grande parte, dos saldos de crédito historicamente elevados no Distrito Federal.

Os *Outros Serviços*, por sua vez, destacaram-se por apresentar o maior percentual de crescimento nessa base de comparação. Esse subsetor é formado por atividades amplamente afetadas pelas medidas de combate a pandemia de forma que esse movimento se dá tanto em função da redução das restrições ao funcionamento de estabelecimentos comerciais, quanto pela comparação com uma base comprimida. Por fim, o *Comércio* se viu afetado, entre outros fatores, pela queda no poder aquisitivo da população local influenciada pela manutenção de uma inflação alta e persistente e pela redução dos rendimentos dos ocupados. Assim, esse segmento permaneceu relativamente estável em relação a 2020 com queda marginal de 0,2%.

**Gráfico 4** – Idecon-DF: Variação acumulada em quatro trimestres (%) por segmentos de atividade econômica – Distrito Federal – Variação do período ante mesmo período do ano anterior – 4T2021



<sup>1</sup> Extrativa mineral e Eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

<sup>2</sup> Informação e Comunicação; Alojamento e alimentação; Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Artes, cultura, esporte e recreação e outras atividades de serviços; Educação e saúde mercantis; e Serviços domésticos; Transporte, armazenagem e correio e Atividades imobiliárias.

Fonte: Codeplan. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Já a Indústria verificou crescimento em todos os seus subsetores, acumulando uma alta de 5,2% em relação a 2020. O resultado foi impulsionado pelo bom desempenho da *Construção* que apreciou incremento de 7,8%. É importante lembrar que essa atividade, além de ser a de maior peso no setor no Distrito Federal, possui um elevado potencial de absorção de mão de obra, repercutindo positivamente sobre o mercado de trabalho, e fortes relações de encadeamento, estimulando todos os segmentos que pertencem a sua cadeia produtiva. A *Indústria da Transformação* (+2,6%) e *Outros da indústria* (+2,1%), igualmente, contribuíram para o avanço do setor.

A *Agropecuária*, único setor a apresentar retração em 2021, observou uma variação acumulada negativa de 3,0%. O movimento esteve associado, principalmente, a dois fatores. O primeiro diz respeito à comparação com uma supersafra impulsionada pelo aumento das produções de soja e sorgo em 2020, enquanto o segundo se deve à verificação de condições climáticas desfavoráveis, que reduziram as produções e as produtividades das principais lavouras locais. Assim, o desempenho do setor reflete não apenas os resultados ruins de 2021, mas são reforçados pela base de comparação elevada.

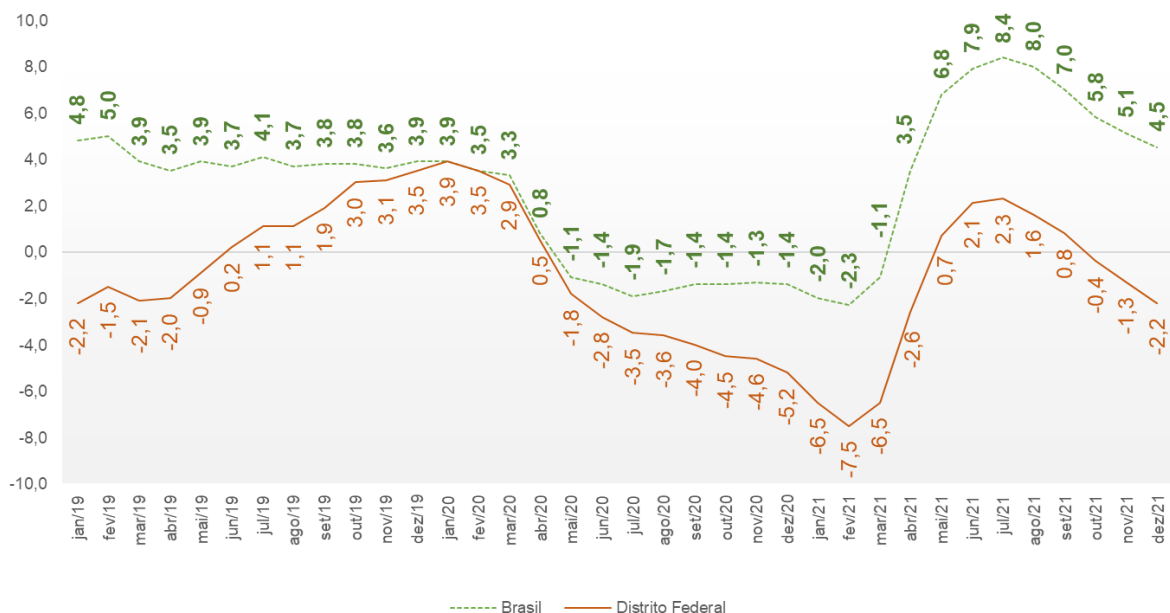
Dessa forma, é possível inferir que, conforme as dificuldades impostas pelas medidas restritivas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais foram se dissipando, a economia do DF retomou o caminho do crescimento e superou as perdas sucedidas em 2020. A recuperação econômica local foi puxada pelos setores de *Serviços* e da *Indústria*, justamente aqueles que possuem uma maior participação na estrutura produtiva da região e os que foram mais afetados pelas medidas restritivas impostas no combate a disseminação do novo Coronavírus. Contudo, outro aspecto que chamou a atenção é que a corrosão do poder de compra da população resultante da alta inflação e da redução dos rendimentos tem mitigado o ritmo de expansão e pode comprometer o desempenho futuro do Idecon-DF.

Para auxiliar o entendimento dos resultados, analisam-se, em seguida, indicadores conjunturais sobre o comércio e o setor de serviços não financeiros, bem como de parâmetros auxiliares de crédito e comércio exterior.

### 3. Comércio

O ímpeto do comércio varejista ampliado esteve acelerado durante o primeiro semestre de 2021, porém perdeu sustentação a partir de julho e inverteu sua trajetória, iniciando uma tendência de queda que se manteve até o fim do ano. Esse movimento, conforme retratado no Gráfico 5, foi um fenômeno tanto nacional como distrital de acordo com os dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. A dinâmica observada entre as intensidades de ganhos e perdas fez com que o volume de vendas acumulada em 12 meses, no Distrito Federal, registrasse um decréscimo de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5** - Variação acumulada em 12 meses do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado - (%) - Brasil e Distrito Federal – janeiro de 2019 a dezembro de 2021

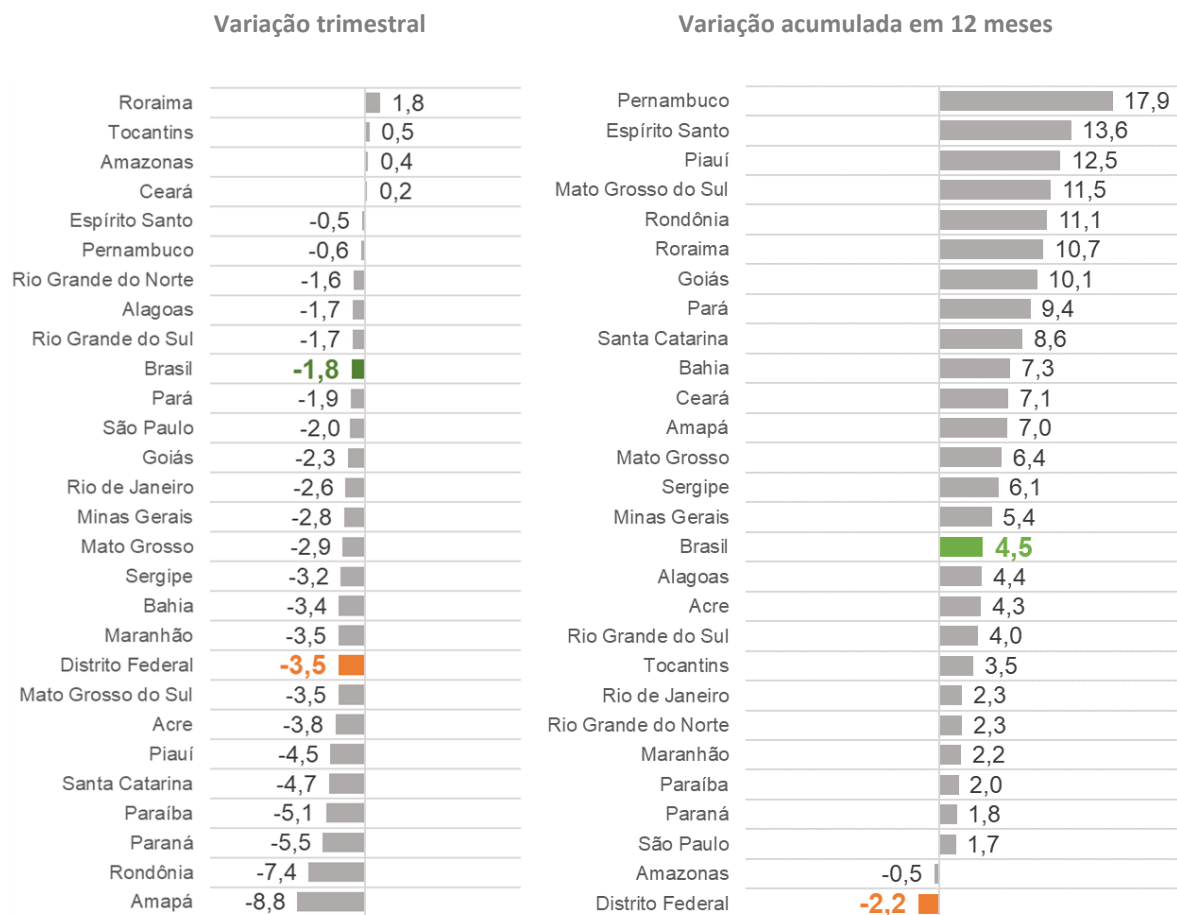


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Diante da queda do desemprego, a justificativa para a ocorrência desse evento recai, entre outros fatores, na degradação do poder de compra dos consumidores em função da manutenção de uma inflação elevada centrada em produtos essenciais como alimentos, transporte e energia elétrica, bem como na redução dos rendimentos reais e da massa salarial da região. Esses fatores produzem efeitos que se reforçam para limitar o potencial de consumo das famílias.

A generalidade do arrefecimento do comércio varejista ampliado é evidenciada pelo comportamento do segmento nas Unidades da Federação (UFs). Conforme apresentado no Gráfico 6, 23 das 27 UFs brasileiras, ou 85,2%, registraram contração de volume entre outubro de dezembro de 2021. Entretanto, o fraco desempenho do segmento para a maior parte do país não foi suficiente para reverter os ganhos alcançados em nível nacional no primeiro semestre de forma que o Brasil assegurou uma expansão de 4,5% no acumulado em 12 meses findos em dezembro de 2021. Vale ressaltar que, comparativamente as demais UFs, o DF teve a pior performance do ano de 2021.

**Gráfico 6 – PMC: Volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado – Variação trimestral e acumulada em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – dezembro de 2021**



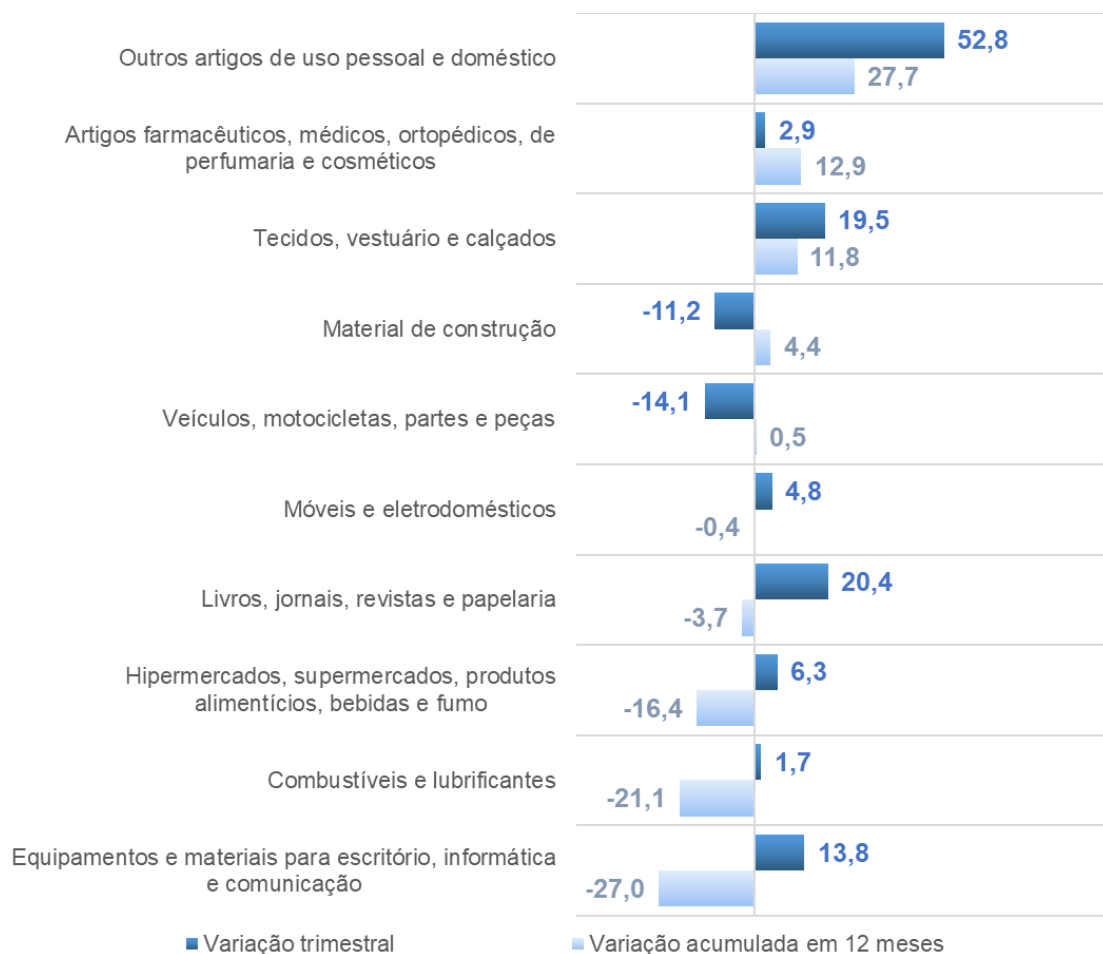
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A análise por tipo de atividade de comércio permite inferir que o comportamento do segmento no Distrito Federal observado no quarto trimestre de 2021 se deve, principalmente, aos resultados insatisfatórios no volume de vendas de *Material de construção* e de *Veículos, motocicletas, partes e peças*. Esses nichos de negócios amargaram uma contração de 11,2%% e 14,1% entre outubro e dezembro de

2021 e o trimestre anterior, respectivamente. As demais atividades acompanhadas no DF tiveram uma variação positiva nos seus volumes de vendas no quarto trimestre.

Quando a análise é feita em função do comportamento de longo prazo, apenas quatro atividades, das 10 acompanhadas pelo IBGE, sustentam resultados positivos. Na variação acumulada em 12 meses, o comércio de *Outros artigos de uso pessoal e doméstico*<sup>11</sup> se destaca com um incremento de 27,7% no volume de vendas. Em seguida, aparecem a comercialização de *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos*, com alta acumulada de 12,9% no período, e *Tecidos, vestuário e calçados*, cuja variação positiva de 11,8% em parte se beneficia de um efeito base dado que, em 2020, esse segmento registrou queda de 27,3%.

**Gráfico 7 – Variação do volume de vendas no Comércio Varejista Ampliado, por segmentos – Variação acumulada trimestral e em 12 meses – (%) – Distrito Federal – dezembro de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

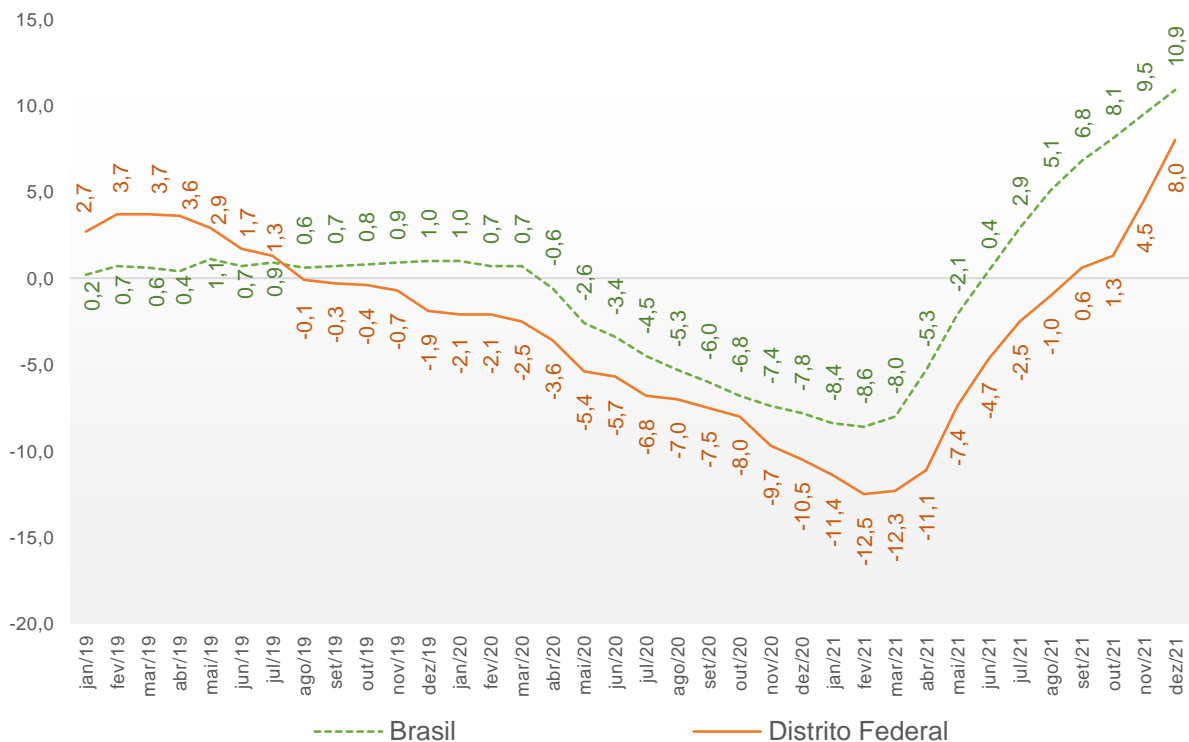
<sup>11</sup> O segmento engloba lojas de departamentos, óticas, joalherias, artigos esportivos, brinquedos, etc.

Diante do exposto, percebe-se que o comportamento do comércio no Distrito Federal requer certa atenção. Isso porque, mesmo com a chegada das datas comemorativas do quarto trimestre e a redução da taxa de desemprego da capital federal, o segmento não respondeu satisfatoriamente e continuou a apresentar variações negativas no volume de vendas, agravando a situação do comércio na região. Assim, espera-se que, com o controle da inflação, os indicadores passem a captar um melhor desempenho do comércio distrital.

#### 4. Serviços

O processo de flexibilização das restrições ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o progresso da vacinação e o arrefecimento da pandemia, criaram uma atmosfera propícia ao desenvolvimento de atividades produtivas. Assim, o volume de serviços sustentou sua trajetória de crescimento no último trimestre de 2021. No Distrito Federal, o resultado denota uma aceleração na procura pelos serviços de forma que, no acumulado em 12 meses, a variação positiva aumentou em 7,4 pontos percentuais (p.p.) entre o terceiro e o quarto trimestre de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), também divulgada pelo IBGE (Gráfico 8). Esse é o maior resultado acumulado em um ano desde 2014, quando o indicador experimentou incremento de 11,9%. No Brasil, essa expansão foi mais comedida e calculada em 4,1 p.p., porém a variação média nacional do volume de serviços (+10,9%) é superior à distrital (+8,0%).

**Gráfico 8 – Variação acumulada em 12 meses do volume de serviços – (%) – Brasil e Distrito Federal – janeiro de 2019 a dezembro de 2021**

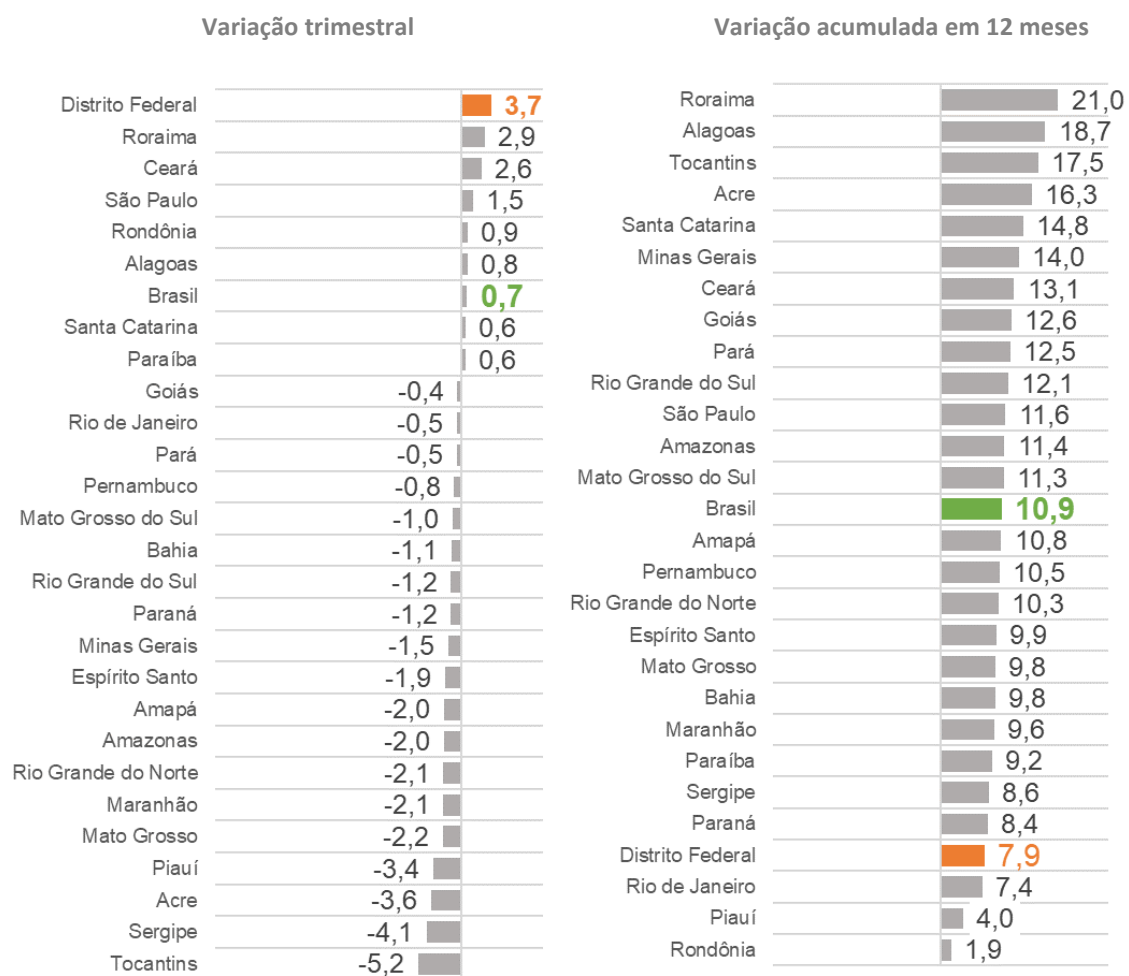


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A melhora do resultado distrital acumulado se deve à aceleração do ritmo de crescimento no quarto trimestre de 2021. Entre outubro e dezembro, a capital federal percebeu uma alta de 3,7% no volume de serviços prestados no mercado local (Gráfico 9). Entre as UFs, o Distrito Federal se destaca não apenas por ser um dos sete locais a registrarem aumento da demanda por serviços, mas por ter apresentado o maior percentual de incremento observado no período. Quando a comparação entre as UFs é realizada em função da variação acumulada em 12 meses, a situação é diferente. Como mencionado anteriormente, nessa base de cálculo, o DF teve um incremento de 7,9% no volume de serviços, percentual que supera apenas os resultados do Rio de Janeiro (+7,4%), Piauí (+4,0%) e Rondônia (+1,9%).

Esse cenário revela que a demanda por serviços no DF tem respondido satisfatoriamente, e melhor do que a das atividades comerciais, aos estímulos econômicos advindos da melhora da situação da pandemia.

**Gráfico 9 – PMS: Volume de Serviços – Variação trimestral e em 12 meses – (%) – Brasil e Unidades Federativas – dezembro de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Detalhando o desempenho do setor de serviços por tipo de atividade, o segmento de *Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio* registrou um incremento bastante significativo no acumulado em 12 meses (+43,4%), após registrar uma alta de 2,8% no quarto trimestre de 2021 (Gráfico 10). Os percentuais expressivos, no entanto, devem ser analisados com cautela, uma vez que o crescimento foi calculado em cima de uma base comprimida dado que esse serviço verificou quedas sucessivas ao longo de 2020. O retorno ao trabalho presencial e a maior circulação dos indivíduos estimulou a realização de deslocamentos, ampliando a demanda pelos serviços ofertados nesse segmento e a receita das empresas atuantes em diferentes modais.

**Gráfico 10 – PMS: Volume de Serviços – Variação acumulada no ano e em 12 meses – (%) – Segmentos de Serviços – Distrito Federal – dezembro de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Os *Serviços profissionais, administrativos e complementares*<sup>12</sup> registraram o segundo maior crescimento nos 12 meses findos em dezembro de 2021, apresentando expansão de 3,8%. O bom desempenho verificado entre outubro e dezembro de 2021 (+15,1%) foi suficiente para transformar os resultados negativos do segmento, que vinham se reduzindo gradualmente a partir do segundo trimestre

<sup>12</sup> Considera Atividades jurídicas, de contabilidade e de consultoria empresarial; Publicidade e pesquisa de mercado; Aluguéis não imobiliários (exceto automóveis); Outros serviços técnico-profissionais; Locação de automóveis sem condutor e Agências de viagens e operadoras turísticas.

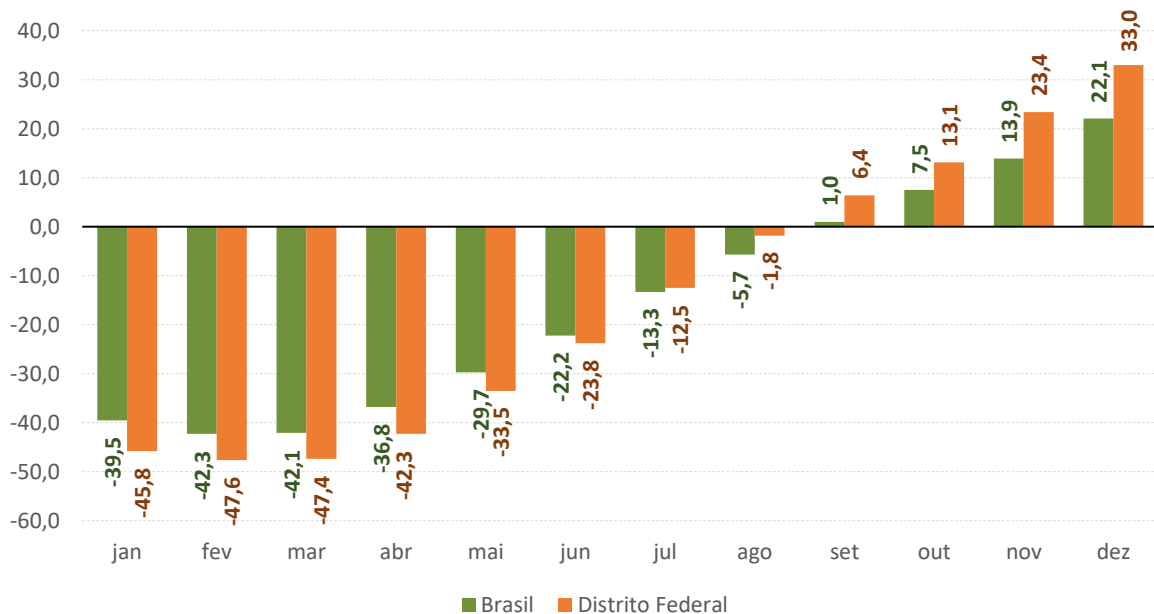


de 2021, em uma variação positiva. Dada as características das atividades que compõe essa categoria de serviços, essa evolução pode estar associada, entre outros fatores, à melhora do nível de atividade econômica distrital.

Apenas os *Serviços de informação e comunicação* permaneceram relativamente estáveis em 2021, apontando uma contração marginal de 0,8% no período. Esse resultado vem mesmo depois de o segmento ter alcançado um crescimento de 7,6% na variação do quarto trimestre em relação ao trimestre anterior.

As atividades turísticas, por sua vez, foram significativamente beneficiadas tanto pela redução das restrições à circulação de pessoas, como pela aceleração do ritmo de vacinação em nível nacional e distrital, ampliando o percentual da população com ciclo de imunização completo. Assim, o volume de serviços de atividades turísticas passou a crescer de forma sustentada a partir do segundo trimestre de 2021, chegando, em dezembro, a acumular uma expansão de 33,0% no Distrito Federal. Para o Brasil, esse percentual foi de 22,1%.

**Gráfico 11 – PMS: Volume de Serviços de atividades turísticas – Variação acumulada em 12 meses – (%) – Segmentos de Serviços Turísticos – Distrito Federal – dezembro de 2021**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Vale lembrar que parte desse resultado se deve à comparação com uma base comprimida, uma vez que, em 2020, o nível de restrições a viagens e à circulação de pessoas ainda estava bastante elevado por conta das medidas de combate à disseminação da Covid-19.

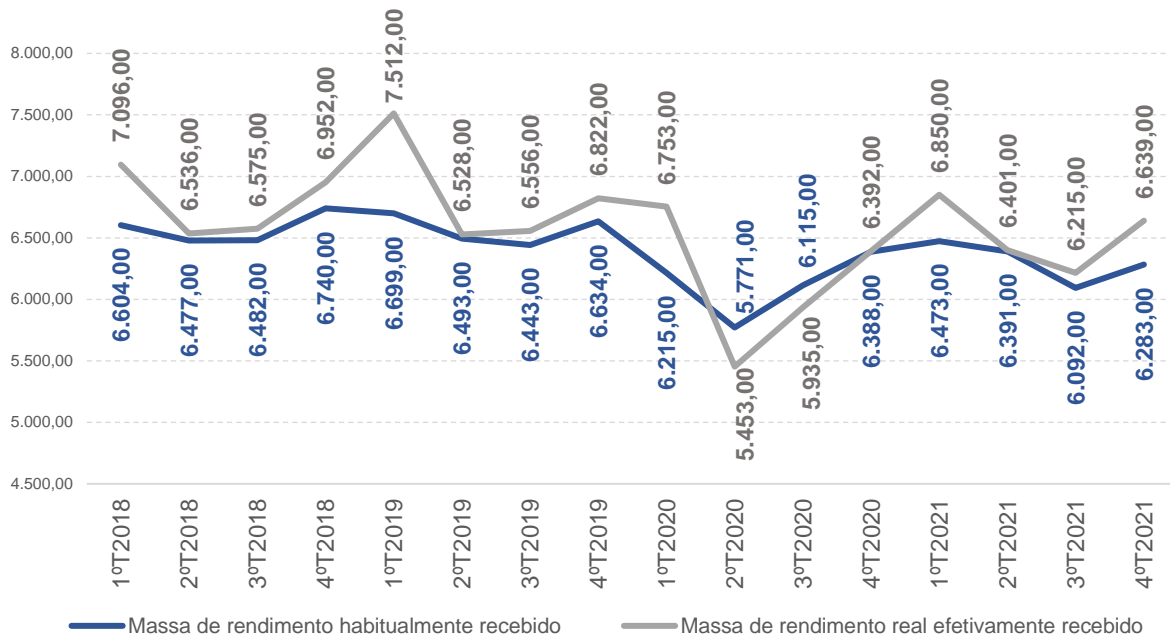
O panorama construído pelas pesquisas setoriais de comércio e serviços do IBGE evidencia que a melhora do nível de atividade econômica no Distrito Federal tem impacto de forma diferente esses dois importantes segmentos. Isso porque a contínua redução das restrições impostas ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais e à circulação de pessoas, bem como o avanço da vacinação na capital federal, vieram acompanhados de uma significativa perda do poder de compra da população motivada pela queda dos rendimentos e aumento dos preços praticados no mercado local.

## **5. Indicadores auxiliares**

A relação da economia distrital com o sistema financeiro e a sua participação no mercado internacional é analisada por meio de indicadores auxiliares, ajudando a monitorar e avaliar a conjuntura do Distrito Federal. Essa abordagem viabiliza a elaboração de diagnósticos que complementam a análise sobre a evolução do nível de atividade econômica distrital, elucidando aspectos relevantes sobre o comportamento dos consumidores locais.

As decisões de consumo dos indivíduos são, normalmente, embasadas no orçamento disponível e no nível de preços. Assim, a massa de rendimentos efetivamente recebidos revela o potencial de consumo das famílias brasilienses. No Distrito Federal, esse indicador apresentou queda significativa no segundo e terceiro trimestre de 2021, recuperando-se, parcialmente no quarto. Dessa forma, o indicador contraiu 3,1% entre o primeiro e o quarto trimestre de 2021, chegando a R\$ 6,64 bilhões (Gráfico 12). Vale lembrar que esse movimento se deu junto a um aumento do emprego, o que indica que a redução do rendimento médio foi ainda mais significativa. Esse cenário implica um menor potencial de consumo e, conseqüentemente, um reduzido estímulo ao crescimento econômico local.

**Gráfico 12 – PNADC Trimestral: Massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente e efetivamente recebidos no mês de referência – Distrito Federal – 1º Tri 2018 a 4º Tri 2021 – R\$ Milhões**

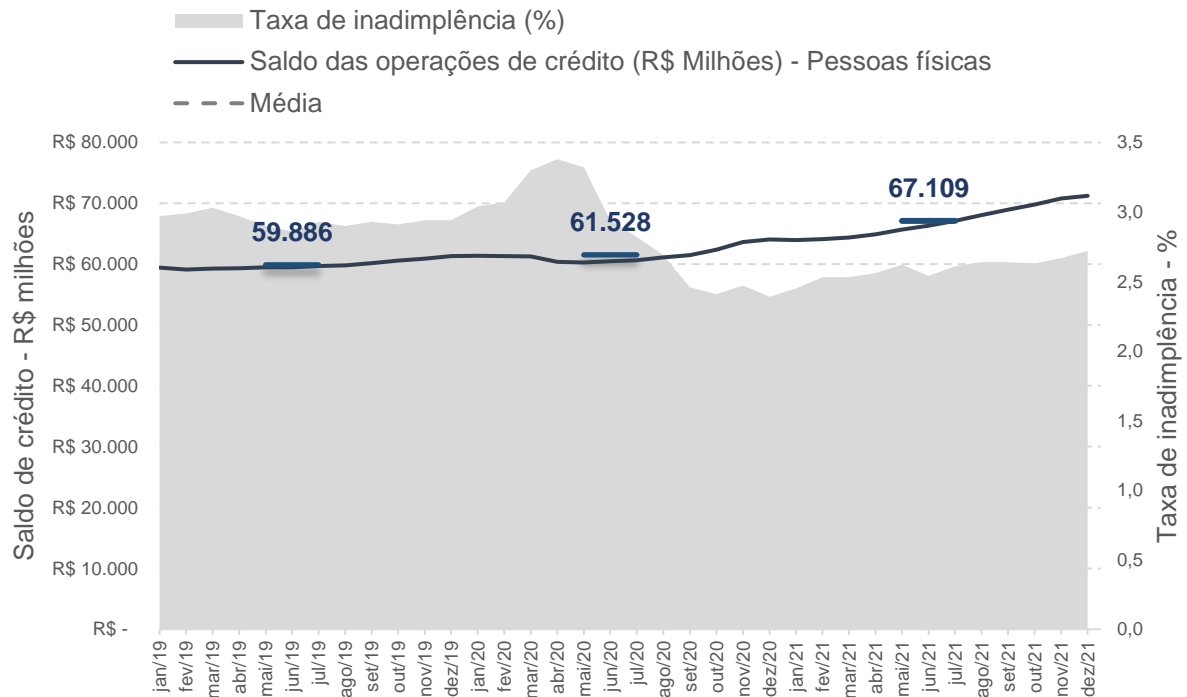


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No Gráfico 13, é possível notar um crescimento real de 9,1% do saldo de crédito a pessoas físicas observado entre 2020 e 2021. Concomitantemente, a taxa de inadimplência que havia caído significativamente entre abril de 2020 e novembro de 2020, voltou a se expandir e alcançou 2,72% em dezembro de 2021. Considerando a taxa de inadimplência média de 2021 (2,60%), no entanto, verifica-se uma redução de 9,2% em relação a taxa registrada em 2020 (2,86%). Isso sugere que os brasilienses estão tendo menos dificuldades para sanar suas dívidas em relação ao ano anterior.

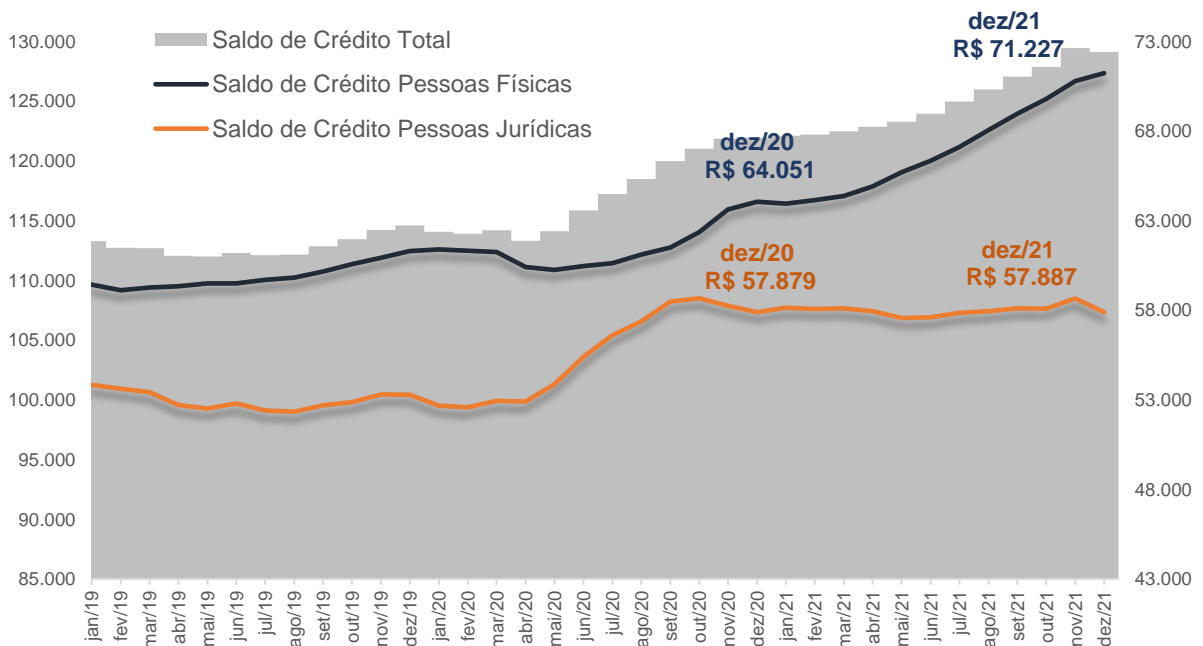
No que se refere à contratação de crédito pelas empresas no Distrito Federal, a situação é diferente. Após o montante destinado a pessoas jurídicas ter percebido um aumento significativo em 2020, o saldo se estabilizou em um patamar em torno de R\$ 57 milhões conforme mostrado no Gráfico 14. O valor de R\$ 57,89 bilhões registrado em dezembro de 2021, representou um acréscimo 0,01% em relação aos R\$ 57,88 bilhões observados em dezembro de 2020. Vale lembrar que a manutenção do saldo se deu simultaneamente à elevação paulatina e sustentada da taxa Selic, que é considerada a taxa de juros de referência da economia brasileira. Dessa forma, com o custo de aquisição de crédito ficando cada vez maior, as empresas foram desestimuladas a fazer novas aquisições de crédito.

**Gráfico 13 – Saldo de crédito a pessoas físicas (R\$ milhões – valores a preços de dezembro de 2021) e taxa de inadimplência de pessoas físicas (%) – janeiro de 2019 a dezembro de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

**Gráfico 14 – Saldo das operações de crédito (R\$ milhões – valores a preços de dezembro de 2021) – pessoas físicas e pessoas jurídicas – janeiro de 2019 a dezembro de 2021 – Distrito Federal**

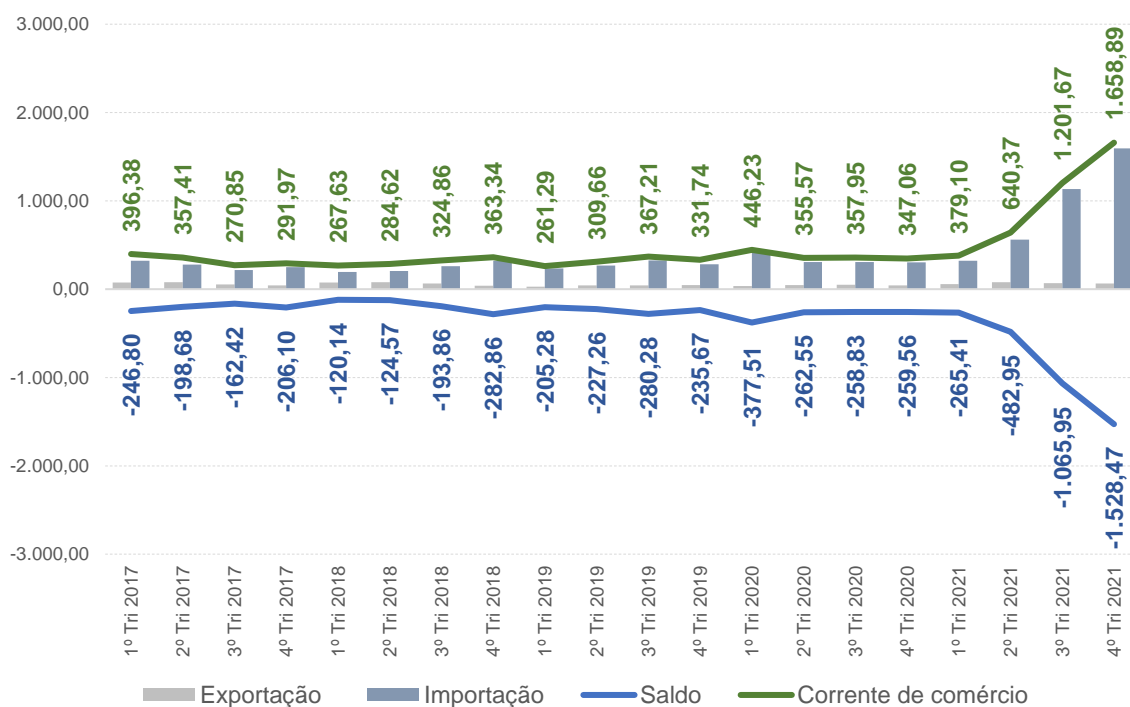


Fonte: BCB. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Considerando o volume total de crédito concedido às pessoas físicas e jurídicas na capital federal, o saldo médio de 2021, calculado em R\$ 125,10 bilhões, superou o valor médio contratado em 2020 (R\$ 117,16 bilhões) em 6,8%. Isso demonstra que o capital total em circulação no mercado distrital à título de crédito ampliou-se e, conseqüentemente, atuou para promover estímulos ao consumo e aos investimentos, auxiliando a dinamizar o nível de atividade produtiva e a ampliar o potencial produtivo.

A capital federal também vem estreitando seus laços com o mercado externo, ampliando o fluxo de trocas com outros países, principalmente, no tocante às importações. Como apresentado no Gráfico 15, a corrente de comércio do Distrito Federal, que representa a soma das exportações e das importações, expandiu 157,5% em 2021 em relação a 2020. A intensificação das relações comerciais se deu tanto em termos de incremento nas exportações (+54,2%), quanto nas importações (+171,0%) no período analisado. Como o avanço do valor adquirido no exterior em bens e serviços foi mais intensa que a observada no envio de mercadorias distritais para outros países, houve um agravamento do déficit comercial ao longo de 2021.

**Gráfico 15 – Balança comercial – evolução das exportações, importações, saldo comercial e corrente de comércio – Distrito Federal – 1º tri 2017 a 4º tri de 2021 – US\$ milhões FOB**

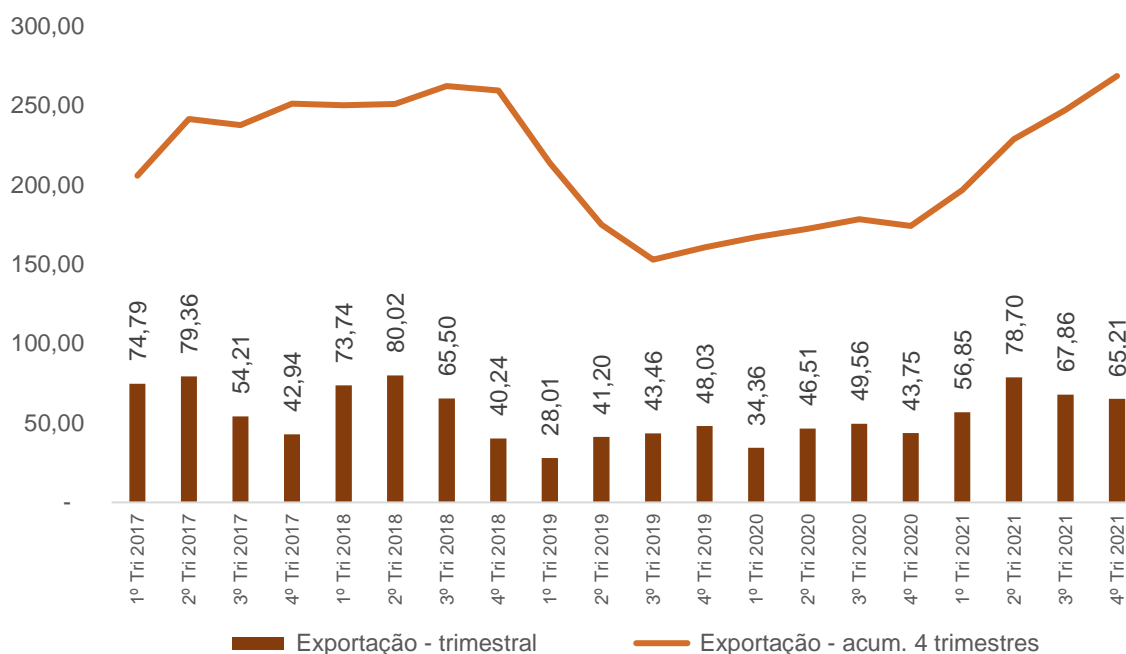


Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Esse movimento, no entanto, era esperado dado a aquisição de vacinas para a imunização a população brasileira e combater a Covid-19 no Brasil visto que a compra de medicamentos pelo governo federal é centralizada na capital do país. Por causa dessa prática, o saldo da balança comercial é sistematicamente negativo. Independentemente, os dados da evolução da balança comercial do DF indicam, entre outros fatores, um maior dinamismo da produção local e traz consigo uma oportunidade de aumento da produtividade.

Focando a análise nas exportações, é possível verificar que o embarque de produtos e serviços com destino ao exterior tem apresentado uma tendência altista desde o terceiro trimestre de 2019 (Gráfico 16). E, ainda que o montante tenha diminuído marginalmente no terceiro e quarto trimestres de 2021, os totais acumulados em 2021 (US\$ 268,63 milhões) superam em 54,2% os valores observados em 2020 (US\$ 174,18 milhões). Em parte, o progresso recente das exportações vem se favorecendo da manutenção do Real desvalorizado em relação ao Dólar, o que torna os produtos brasileiros relativamente mais baratos que os estrangeiros, e da recuperação da economia mundial, que estimula a compra de mercadorias distritais por outros países.

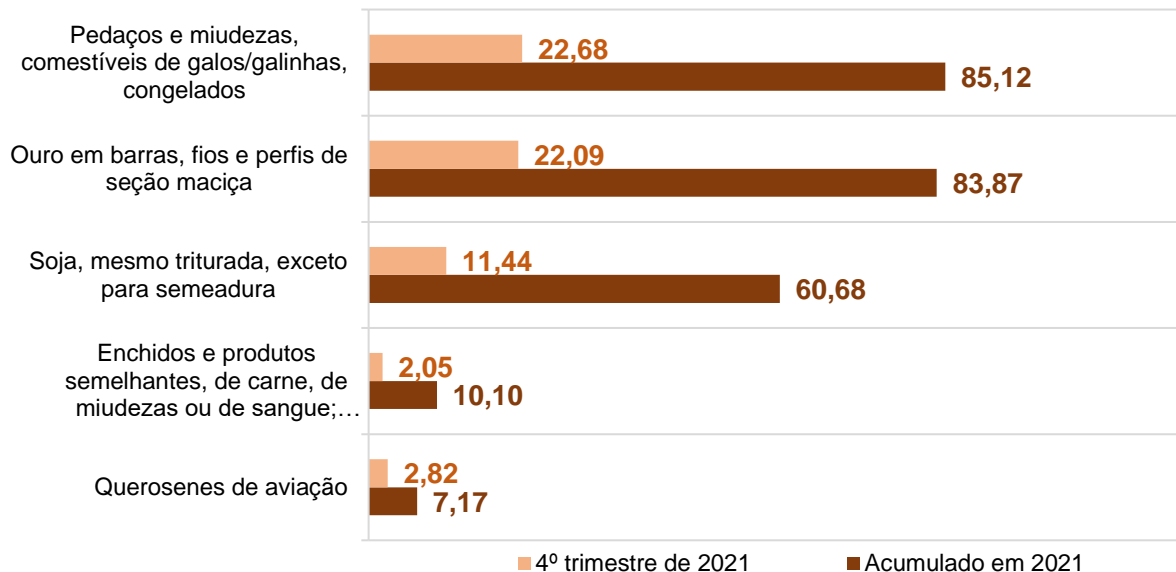
**Gráfico 16** – Evolução do valor de exportações – acumulado no trimestre e acumulado em quatro trimestres – Distrito Federal – 1º tri 2017 a 4º tri de 2021 – US\$ milhões FOB



Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A pauta de exportação do Distrito Federal é significativamente concentrada na comercialização dos cinco produtos apresentados no Gráfico 17. Em 2021, eles representavam 91,9% do montante enviado ao exterior, sendo que quatro deles referiam-se a mercadorias do agronegócio.

**Gráfico 17 – Principais posições de exportações do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 4º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB**



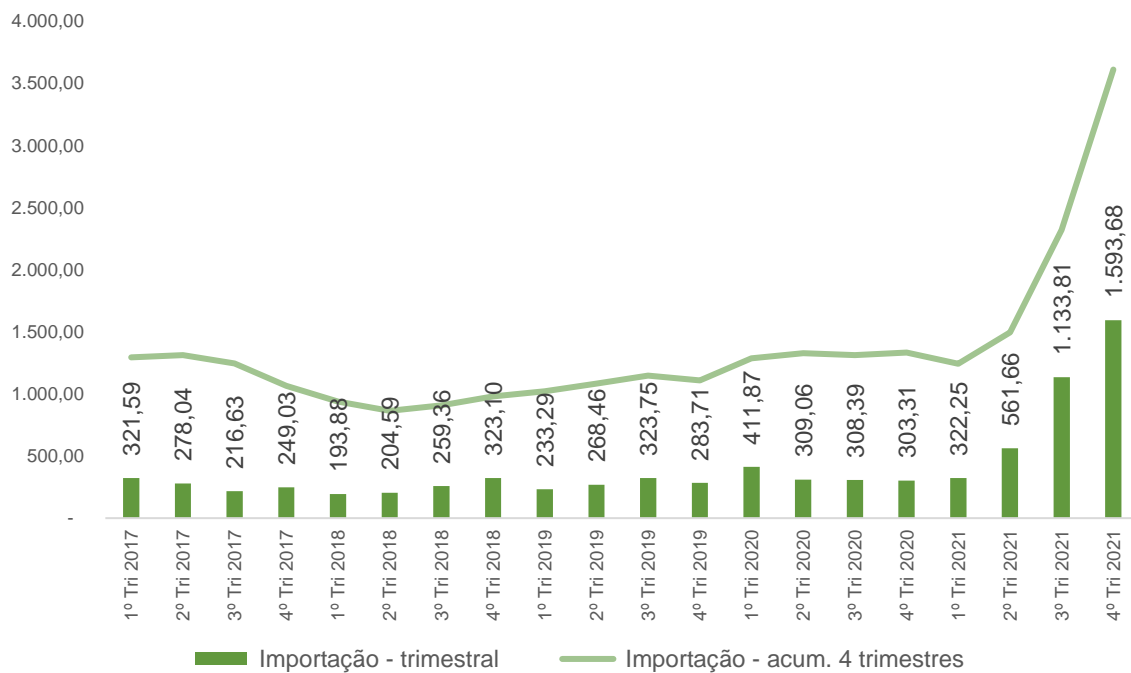
Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No ranking das principais posições das exportações da capital federal, o destaque de 2021 foi conferido a *Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados*, que contabilizaram o envio de US\$ 85,12 milhões no ano. Em segundo lugar, aparecem as exportações de *Ouro em barras, fios e perfis de seção maciça*, um produto que vem ganhando relevância dentro da pauta distrital e acumulou US\$ 83,87 milhões em divisas entre janeiro e dezembro de 2021. Esse valor supera em 39,8% o montante arrecadado em 2020 (US\$ 60,88 milhões).

A *Soja, mesmo triturada, exceto para semeadura*, que conquistou a terceira posição no ranking, garantiu o ingresso de US\$ 11,44 milhões no quarto trimestre, o que representa quase o dobro do valor exportado no trimestre anterior (US\$ 6,28 milhões). No ano, essa oleaginosa foi responsável pela entrada de recursos avaliados em US\$ 60,68 no mercado distrital, o que significa uma expansão de 49,6% em relação ao valor exportado em 2020 (US\$ 40,56 milhões).

As importações distritais, conforme mencionado anteriormente, registraram um ritmo de expansão bastante significativo, enviando ao exterior um montante de US\$ 3,61 bilhões em 2021. De acordo com o Gráfico 18, as compras de mercadorias estrangeiras passaram a apresentar um crescimento exponencial a partir do segundo trimestre de 2021, provavelmente, em função da aquisição de vacinas para dar início a campanha de imunização da população brasileira contra a Covid-19.

**Gráfico 18 – Evolução do valor de importações – acumulado no trimestre e acumulado em quatro trimestres – Distrito Federal – 1º tri 2017 a 4º tri de 2021 – US\$ milhões FOB**



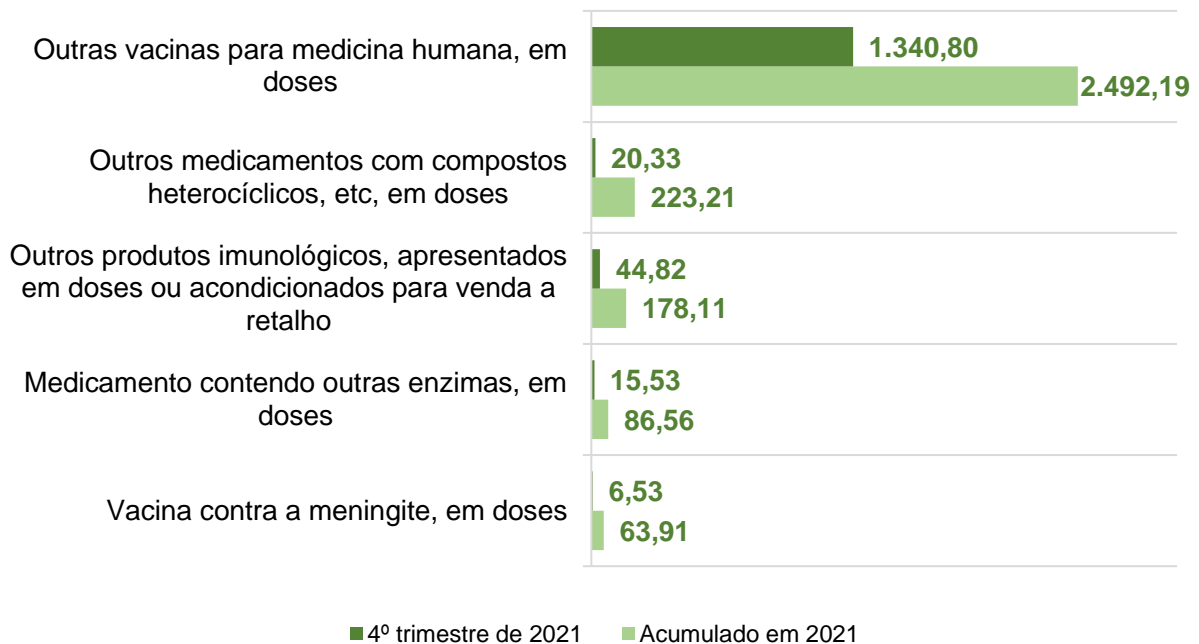
Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Esse comportamento fica mais evidente quando analisamos detalhadamente a pauta de importação. Em 2021, a compra de *Outras vacinas para medicina humana, em doses* totalizou US\$ 2,49 bilhões, o que representa mais de dois terços das divisas enviadas ao exterior em contratos firmados no DF (Gráfico 19). Os demais produtos que constam entre as cinco principais posições de importação também são fármacos e medicamentos<sup>13</sup>. Em conjunto, essas quatro categorias responderam pelo envio de US\$ 328,58 milhões ao exterior em 2021.

<sup>13</sup> A aquisição de fármacos pelo governo federal é concentrada e registrada no DF, mesmo que eles sejam destinados ao abastecimento de outros estados. Além disso, na atual conjuntura de pandemia, esses produtos tiveram a sua demanda estimulada pela necessidade de aquisição de medicamentos e



**Gráfico 19 – Principais posições de importações do Distrito Federal, por NCM – Resultado do 4º trimestre de 2021 e acumulado em 12 meses – US\$ milhões FOB**



Fonte: ComexStat/Ministério da Economia. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Diante do exposto, evidencia-se que o grau de abertura da capital federal está se ampliando gradualmente e, conseqüentemente, elevando a capacidade regional de capturar os benefícios do comércio exterior via expansão do mercado consumidor e do acesso a uma maior variedade de mercadorias. Outro possível impacto positivo é o ganho de produtividade mediante contato com formas mais eficientes de produção. Dessa forma, a crescente participação da capital no mercado internacional tem o potencial de beneficiar o processo de desenvolvimento do mercado distrital.

equipamentos necessários para responder à pandemia e tratar as pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

# Seção III

## Análise de Preços

### 1. Sumário

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) revelou uma inflação de 2,77% no Distrito Federal no quarto trimestre de 2021, percentual que demonstra uma desaceleração do ritmo de crescimento dos preços no mercado local. Porém, numa perspectiva histórica, essa inflação foi a mais alta para o período desde 2015. Entre as regiões pesquisadas, a capital federal apresentou o quarto menor resultado. No período, seis dos nove grupos acompanhados registraram alta de preços, padrão que resultou em um índice de difusão de 67,3%.

A pressão inflacionária esteve centrada, principalmente, no grupo de Transporte, refletindo o comportamento dos preços dos *Combustíveis (veículos)*, em função das altas verificadas na *Gasolina*; do *Transporte público*, em parte atribuído ao preço da *Passagem aérea*; e *Veículo próprio*, diante do aumento percebido nos automóveis novos.

No acumulado em 12 meses, o Distrito Federal registrou uma alta de preços de 9,34%. Essa variação foi a terceira menor entre as regiões pesquisadas e inferior ao percentual registrado em nível nacional (+10,06%). A evolução do nível geral de preços foi ditada por fatores internos e externos à economia que provocaram aumento de custos. Detalhando como essa inflação afetou as diferentes faixas de renda, verificou-se que a faixa de renda Média-baixa (+ 10,70%) e a Média-alta (+10,42%) observaram as maiores altas no período de janeiro a dezembro de 2021. Já os 25% das famílias mais ricas do DF conviveram com uma inflação de 9,94% em 2021. Apenas as famílias pertencentes à faixa de renda Baixa, verificaram um incremento de preços (9,05%) abaixo da variação calculada pelo IPCA para a capital federal (9,34%) no mesmo período.

O INPC fechou o trimestre em 2,53%, percentual inferior ao anotado pelo IPCA no mesmo período. Isso porque alguns dos itens apontados como focos de inflação, possuem um peso menor no orçamento das famílias cujos rendimentos variam de um até cinco salários mínimos. Em 2021, no entanto, a variação dos preços superou o percentual calculado pelo IPCA e acumulou alta de 9,83%.

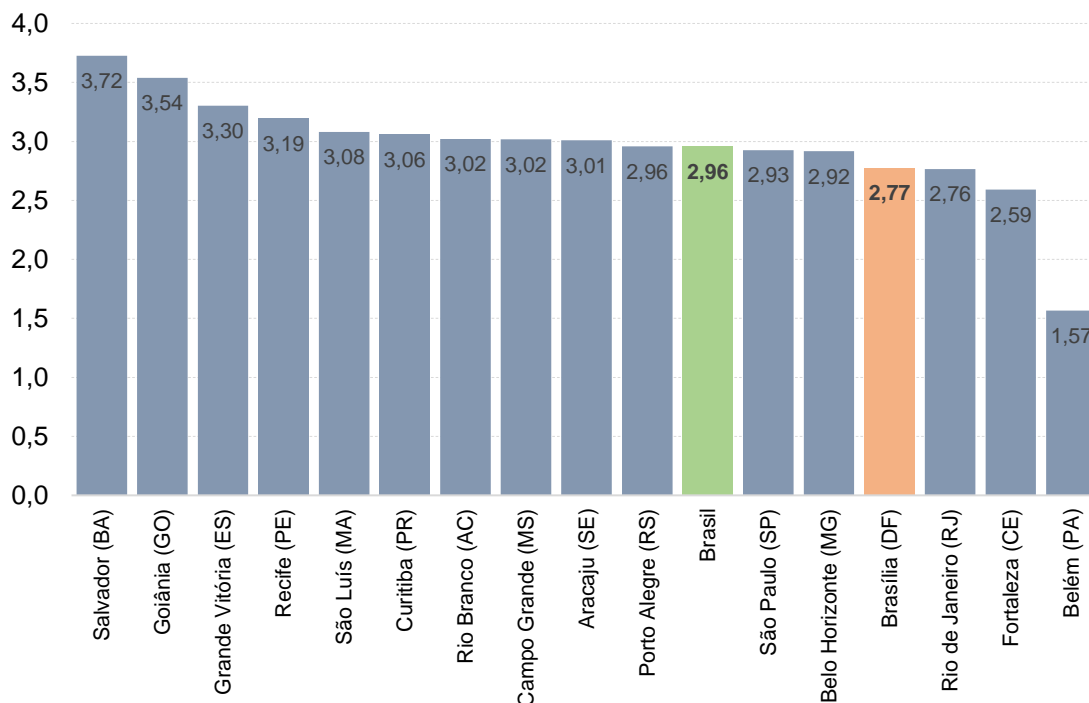
O cenário de inflação elevada e o fato dela estar concentrada em itens que são considerados insumos de outros bens e serviços, deve favorecer que o aumento de preços se espalhe pela cesta de consumo distrital e dificulte o retorno dos índices ao centro da meta inflacionária do Banco Central. Ainda assim, espera-se que o ritmo de crescimento dos preços se desacelere nos próximos meses.

## 2. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

### 2.1. Resultado do trimestre

O Distrito Federal registrou inflação de 2,77% no quarto trimestre de 2021 de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que representa uma desaceleração em relação ao trimestre anterior (3,12%). Comparativamente, esse percentual foi o quarto menor entre as regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre outubro e dezembro de 2021, ficando à frente de Belém (1,57%), Fortaleza (2,59%) e Rio de Janeiro (2,76%). A variação do nível de preços do mercado distrital também ficou abaixo da inflação média do Brasil (2,96%).

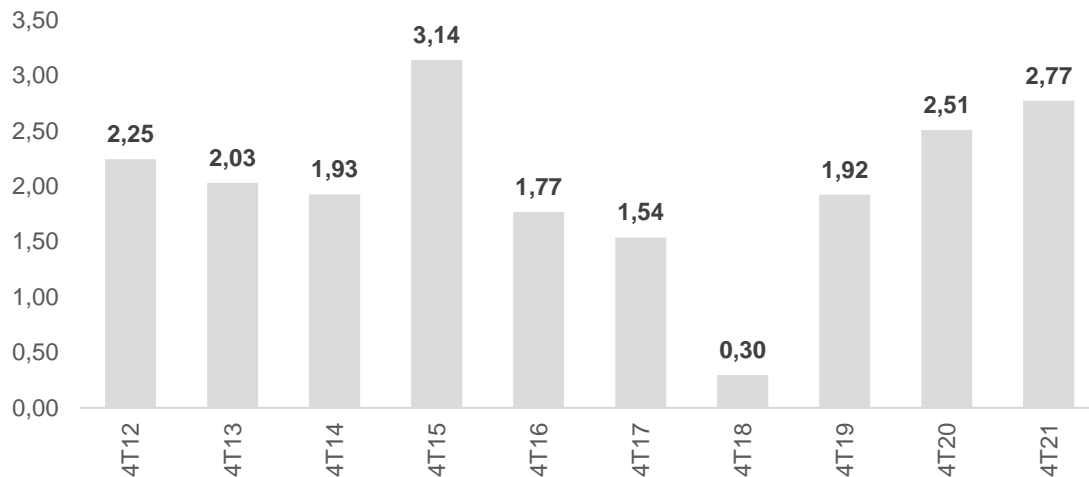
**Gráfico 1 – IPCA: Variação acumulada no trimestre em relação ao trimestre anterior – Brasil e regiões – 4º trimestre de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A inflação acumulada no quarto trimestre é a mais alta na capital federal para o período desde 2015, quando foi de 3,14% (Gráfico 2). Em uma perspectiva histórica é possível observar que a variação de preços tem se tornado cada vez mais intensa no último trimestre do ano desde 2018, apresentando uma trajetória ascendente nesse período.

**Gráfico 2** – IPCA: Variação acumulada no trimestre em relação ao trimestre anterior – Distrito Federal – 4º trimestre de 2012 a 4º trimestre de 2021 - %



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Entre os nove grupos pesquisados pelo IBGE, seis observaram alta de preços no período no Distrito Federal. Vale destacar que esse padrão revela um cenário mais favorável que o nacional, uma vez que o Brasil registrou inflação em todos os grupos. Na capital federal, as maiores variações foram constatadas pelos *Transportes* (6,36%), *Vestuário* (4,29%) e *Artigos de residência* (3,68%). Em compensação, *Saúde e cuidados pessoais* (-0,47%), *Educação* (-0,10%) e *Comunicação* (-0,06%) registraram deflação no trimestre analisado.

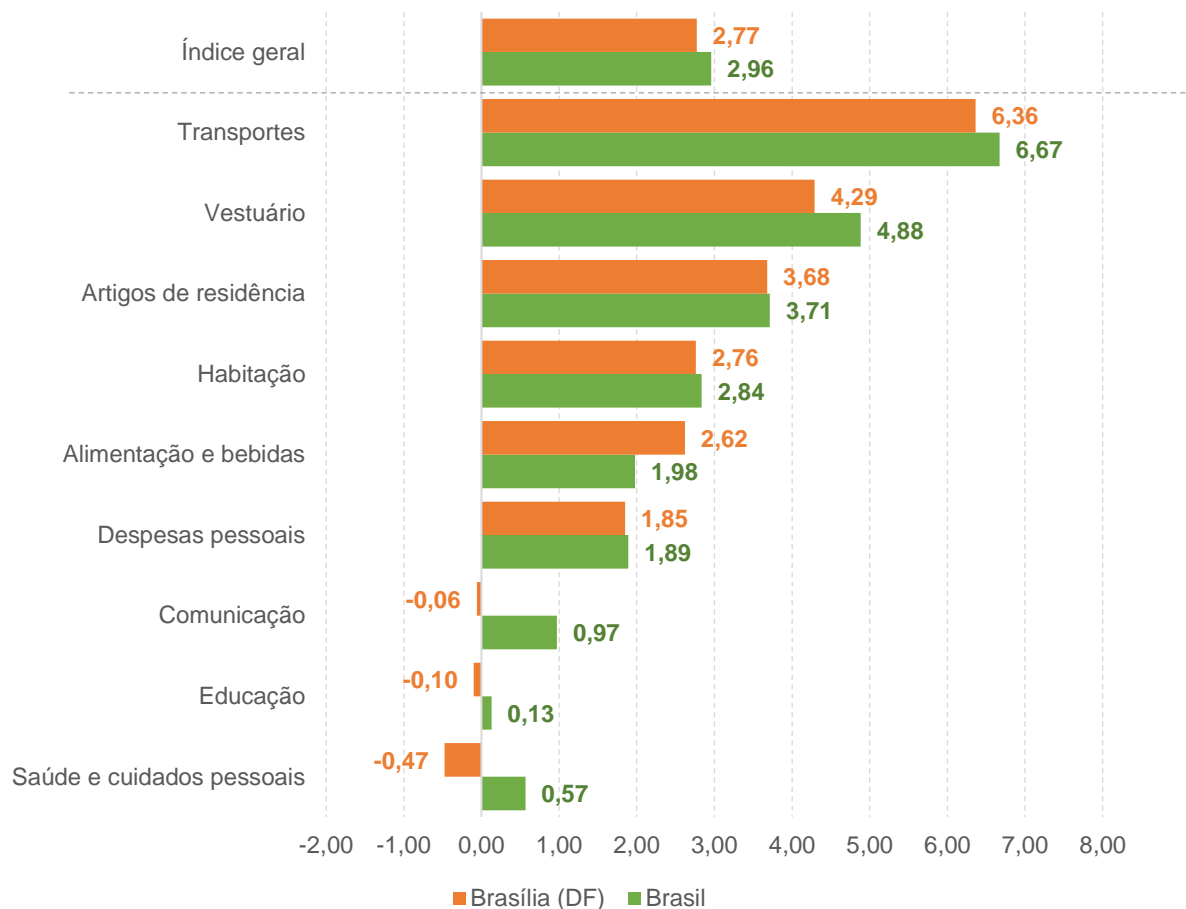
O grupo de *Transportes* abrange os itens que tiveram as três maiores contribuições positivas para a inflação trimestral da capital (Tabela 1). Novamente, o comportamento do IPCA distrital desse grupo esteve relacionado à alta dos preços dos *Combustíveis (veículos)*, cuja variação de 7,97% acresceu 0,76 ponto percentual (p.p.) ao índice geral. Isso se deve aos sucessivos aumentos do preço, no trimestre, em subitens como a *Gasolina* (7,67%), *Etanol* (11,92%) e *Óleo diesel* (+13,68%).

A segunda maior contribuição positiva para a inflação trimestral adveio do *Transporte Público* (+13,16%), que somou 0,38 p.p. ao IPCA trimestral. Entre outros fatores, esse movimento se deu, em parte, em função da variação observada em *Passagem aérea* (42,55%) motivada por aspectos sazonais<sup>14</sup> e uma pressão nos custos estruturais do setor aéreo, decorrentes dos seguidos reajustes no valor do querosene de aviação (QAV) e da alta do dólar<sup>15</sup>.

<sup>14</sup> Com o advento das férias de fim de ano, há um estímulo à realização de viagens e, conseqüentemente, existe uma tendência de aumento da demanda.

<sup>15</sup> De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR), mais de 50% dos custos das empresas aéreas são indexados em dólar. Disponível em: <https://www.abear.com.br/imprensa/agencia-abear/noticias/precos-de-passagens-aereas-em-2021-ainda-sao-menos-do-que-antes-da-pandemia/>. Acesso em: 28.02.2022.

**Gráfico 3 – IPCA: Variação trimestral em relação ao trimestre anterior, por grandes grupos – Brasil e Distrito Federal – 4º trimestre de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Por fim, a terceira pressão inflacionária do quarto trimestre é atribuída ao *Veículo próprio* (+3,30% ou 0,37 p.p.). Esse comportamento é justificado, majoritariamente, pela inflação registrada pelo Automóvel novo (+47,91%) no trimestre, refletida na escassez de componentes eletrônicos, dada a corrida global por chips causada pela retomada da demanda depois de superada a fase aguda da pandemia.

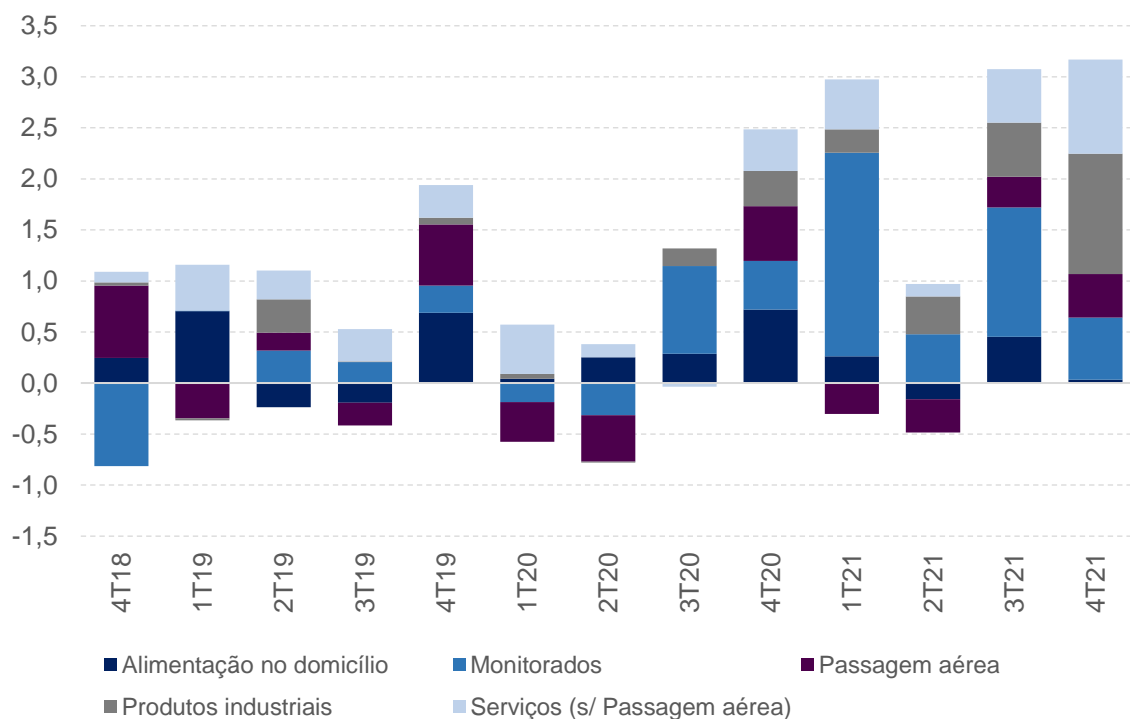
A maior fonte de deflação foram os itens de *Higiene pessoal*, que pertencem ao grupo de Saúde e cuidados pessoais. Com um decréscimo de 1,11% nos preços praticados no Distrito Federal, esse item contribuiu para reduzir em 0,03 p.p. a inflação total do período. Já *Leites e derivados*; *Produtos óticos*; *Cereais, leguminosas e oleaginosas*, também atuaram para segurar a alta dos preços e descontaram, cada um, 0,02 p.p. ao IPCA.

**Tabela 1 – IPCA: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições no trimestre e suas variações acumuladas no período – Distrito Federal – 4º trimestre de 2021 - % e p.p.**

Itens do IPCA	Varição acumulada no trimestre (%)	Contribuição (p.p.)
Combustíveis (veículos)	7,97	0,76
Transporte público	13,16	0,38
Veículo próprio	3,30	0,37
Energia elétrica residencial	6,70	0,20
Recreação	3,59	0,14
Produtos farmacêuticos	-0,42	-0,01
Cereais, leguminosas e oleaginosas	-2,95	-0,02
Produtos óticos	-6,92	-0,02
Leites e derivados	-1,78	-0,02
Higiene pessoal	-1,11	-0,03

Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

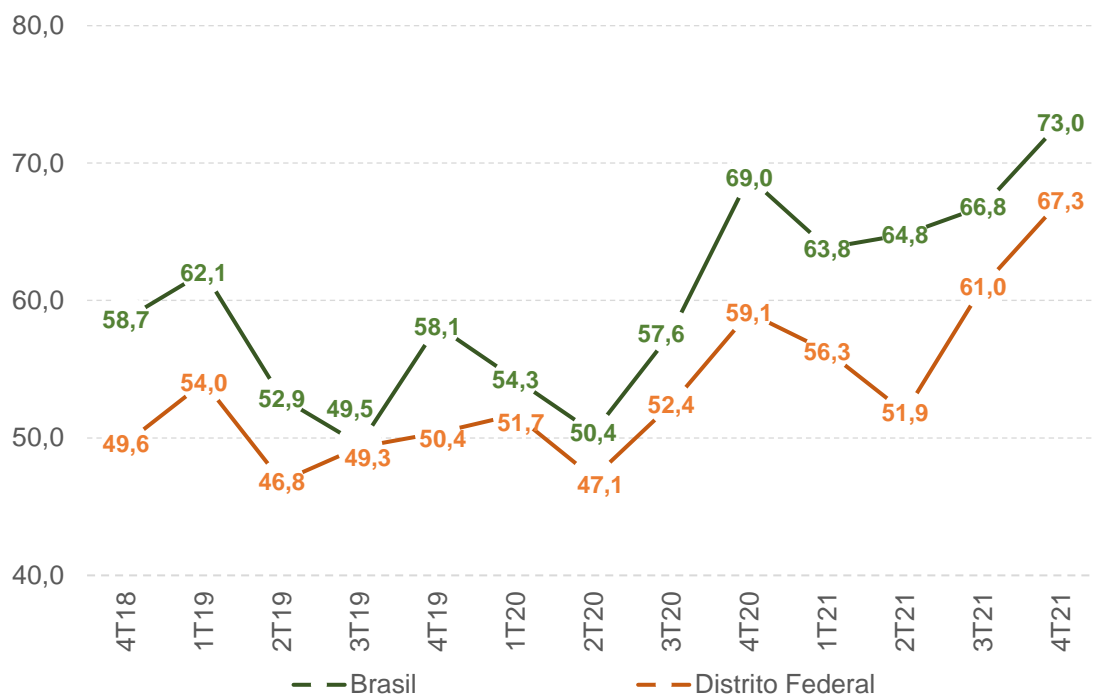
**Gráfico 4 – IPCA: Contribuição trimestral por segmentos selecionados de bens e serviços – Brasília (DF) – 4º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2021 – pontos percentuais (p.p.)**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Considerando a classificação de produtos utilizada pelo Banco Central do Brasil (BCB), todas as cinco categorias apresentaram alta no trimestre pela segunda vez consecutiva. No quarto trimestre, o preço dos *Produtos Industriais* (+1,18 p.p.) foi o que anotou maior variação, indicando uma possível retomada da demanda por esses produtos em ritmo superior ao da oferta (Gráfico 4). As categorias de *Serviços (sem passagem aérea)* (+0,92 p.p.) e de *Monitorados* (+0,61 p.p.) apresentaram respectivamente a segunda e a terceira maiores contribuições. Por sua vez, *Passagem aérea* contribuiu com 0,43 p.p. no acumulado entre outubro e dezembro de 2021, corroborando o impacto sazonal para o seu comportamento inflacionário desse item no período.

**Gráfico 5 – IPCA: Índice de difusão da inflação trimestral – Brasil e Brasília (DF) – 4º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2021 – %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

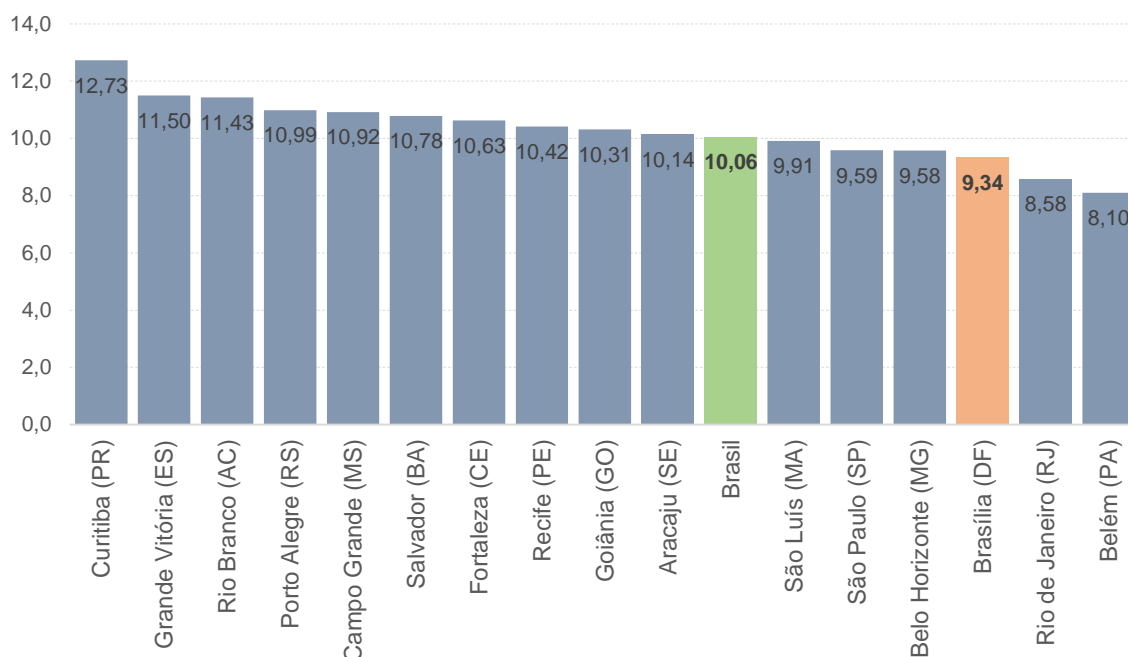
A análise do progresso do índice de difusão, que mede a quantidade de itens que apresentaram aumento de preços no período em relação ao total da cesta, revela que a inflação está se disseminando entre os bens e serviços acompanhados pelo IBGE na capital federal. Essa constatação torna-se bastante intuitiva, dado que a pressão inflacionária esteve centrada em itens que são insumos de outros produtos e serviços, elevando os seus custos de produção e encorajando reajuste nos seus preços. Entre outubro e dezembro de 2021, esse índice renovou sua alta e alcançou 67,3%, mostrando que mais de dois terços da cesta distrital experimentaram inflação.

## 2.2. Resultado acumulado em 2021

Considerando a variação acumulada no ano de 2021, a inflação do Distrito Federal chegou a 9,34%, o terceiro menor percentual entre as regiões pesquisadas pelo IBGE (Gráfico 6). Esse resultado mantém o IPCA distrital abaixo do registrado em nível nacional (+10,06%). A evolução do nível geral de preços esteve pautada em diversos fatores de origem tanto interna, como a crise hídrica, quanto externa, como o desbalanceamento das cadeias produtivas, desvalorização cambial, valorização das commodities e elevação da cotação do barril de petróleo.

Diante dessa conjuntura, o grupo de *Transportes* conferiu a maior contribuição para a inflação de 2021. Com uma variação de 22,92% acumulada entre janeiro e dezembro, esse grupo acresceu 4,84 p.p. ao IPCA da capital federal (Gráfico 7). O grupo *Alimentação e bebidas*, cuja variação de 8,81% no ano elevou em 1,42 p.p. o índice geral, configurou como a segunda maior fonte de pressão inflacionária. Já *Educação* (+0,06% e 0,00 p.p.) e *Comunicação* (-0,08% e 0,00 p.p.) tiveram contribuições nulas no período.

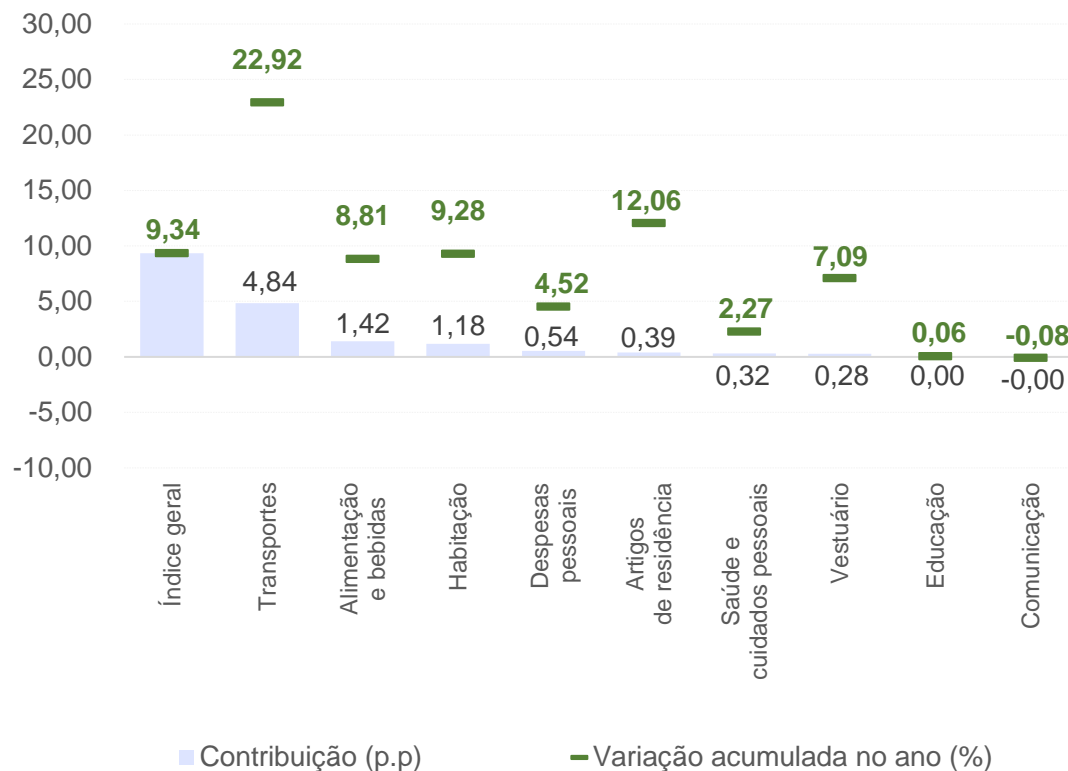
**Gráfico 6 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Brasil e Brasília (DF) – 4º trimestre de 2021 – %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan



**Gráfico 7 – IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços e contribuição dos grupos – Brasília (DF) – 4º trimestre de 2021 – % e p.p.**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

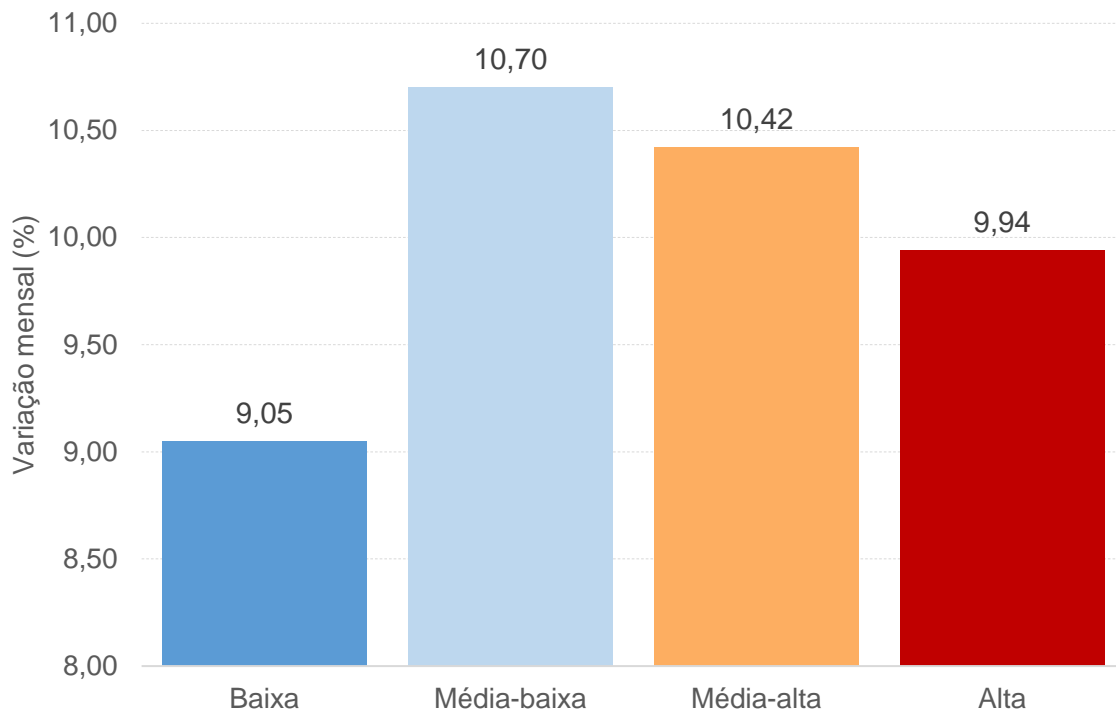
### 2.3. IPCA por faixa de renda

A análise da variação do nível de preços detalhada por faixa de renda, que passou a ser divulgada mensalmente para os quatro quartis de renda das famílias do Distrito Federal<sup>16</sup>, permite desagregar o índice pleno do IPCA e capturar, de forma mais precisa, o impacto do aumento dos preços sobre os diferentes estratos sociais da capital do país. Isso porque uma vez que a inflação de determinado bem ou serviço, raramente afeta de forma simétrica todas as famílias. Assim, foi possível mostrar que, em 2021, as faixas de renda centrais registraram uma inflação mais elevada que o restante da população.

De acordo com o Gráfico 8, a faixa de renda Média-baixa teve um aumento de 10,70% na sua cesta de consumo entre janeiro e dezembro de 2021, enquanto a Média-alta verificou alta de 10,42%. Já os 25% das famílias mais ricas do DF, captaram uma inflação de 9,94% em 2021. Apenas as famílias pertencentes à faixa de renda Baixa verificaram um incremento de preços (9,05%) abaixo da variação calculada pelo IPCA para a capital federal (9,34%) no mesmo período.

<sup>16</sup> A nota técnica completa está disponível em: <http://conjunturaeconomica.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/NT-%C3%8Dndice-de-Pre%C3%A7os-ao-Consumidor-Amplo-do-Distrito-Federal-por-Faixa-de-Renda.pdf>

**Gráfico 8** – IPCA por faixa de renda: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços –Brasília (DF) – 4º trimestre de 2021 - %

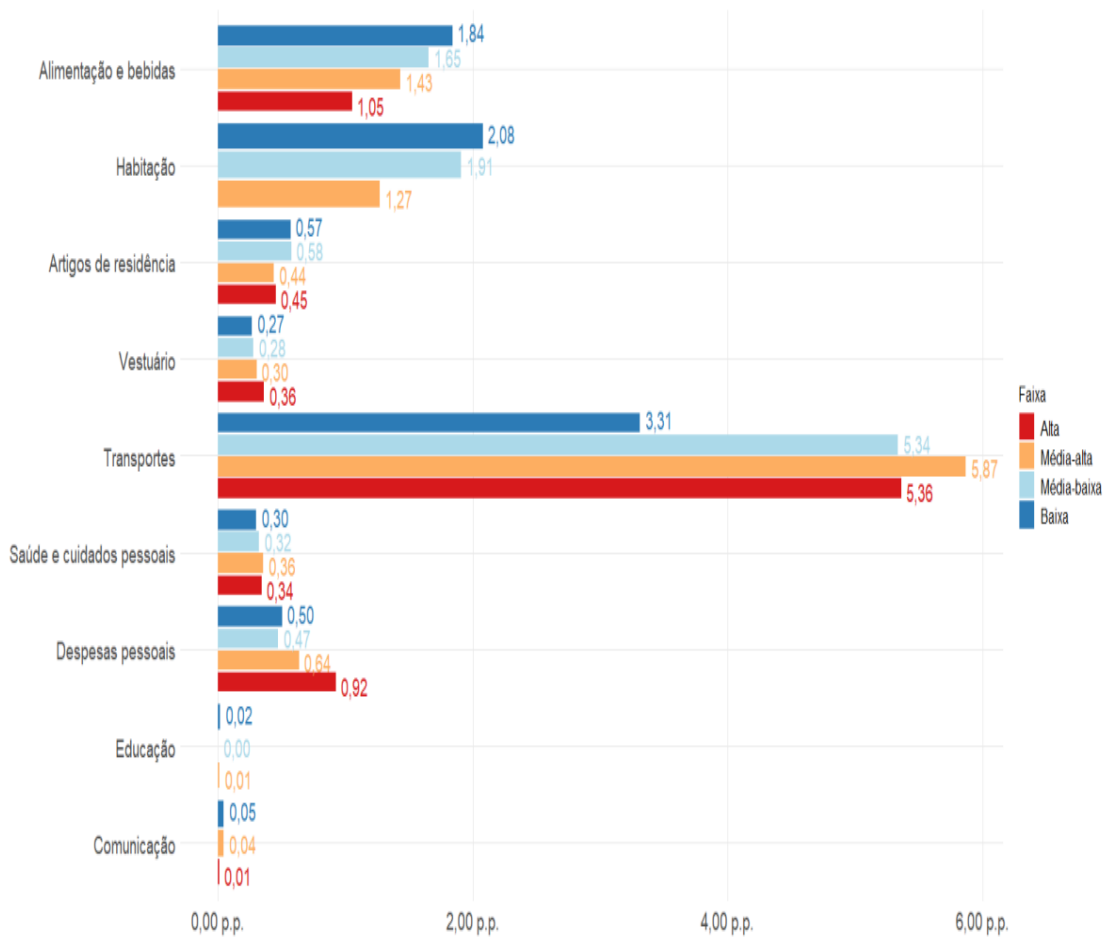


Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

O padrão inflacionário apresentado se deve ao fato de que as faixas centrais de renda, gastam um percentual mais elevado de seus orçamentos com a aquisição de *Gasolina*, um dos itens que pressionou pela alta dos preços em 2021. Esse item possui um peso menor entre as famílias de baixa renda, que tendem a utilizar mais opções de transporte público, e consomem uma parcela pequena da cesta de bens e serviços da faixa Alta.

Outro aspecto que se destaca é que a contribuição dos grupos de *Habitação e Alimentação e bebidas* foi maior, quanto menor a renda da família. Enquanto as *Despesas pessoais* seguem o comportamento inverso, impactando com mais intensidade as faixas de renda mais altas.

**Gráfico 9 – IPCA por faixa de renda: Contribuição acumulada em 12 meses por grupo e por faixa –Brasília (DF) – 4º trimestre de 2021 – p.p.**



Nota: Os grupos Habitação e Educação, na faixa alta, e Comunicação, na faixa média-baixa, não comportam desagregação por questões amostrais. Devido a arredondamentos, o somatório dos grupos dentro de determinada faixa pode não coincidir exatamente com a variação mensal do índice geral daquela faixa.

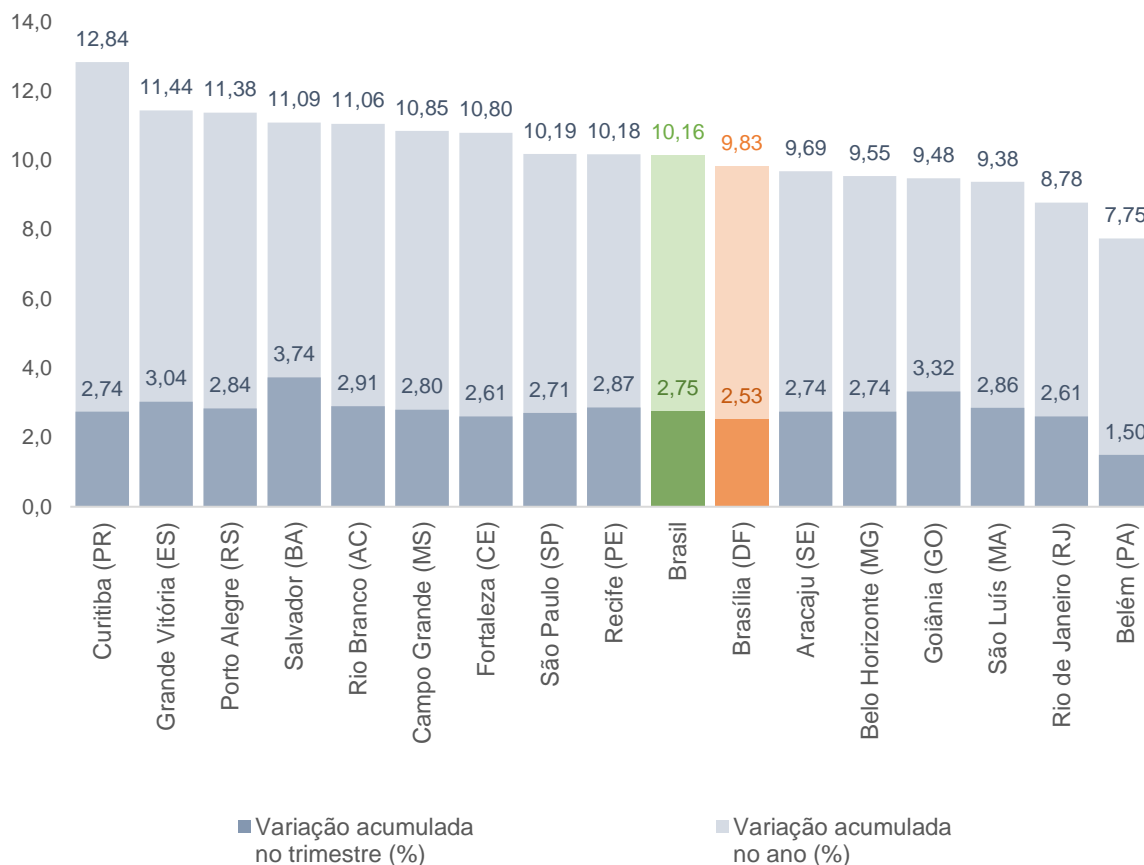
Fonte: GECON/DIEPS/Codeplan com dados do IBGE

### 3. Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC

Considerando as famílias com rendimentos que variam de um a cinco salários mínimos, o INPC evidenciou que a inflação distrital apontou um acréscimo de 2,53% nos preços praticados no Distrito Federal no quarto trimestre de 2021 (Gráfico 10). Esse percentual, inferior ao medido pelo IPCA (+2,77%), aponta que as famílias de mais baixa renda enfrentaram uma inflação mais intensa que a maior parte das famílias brasileiras. Comparativamente às demais regiões pesquisadas, esse foi o segundo menor percentual do trimestre avaliado, ficando atrás apenas de Belém (PA), cuja inflação foi estimada em 1,50%.

Quando se tem em conta a variação acumulada em 2021, a variação dos preços capturada pelo INPC evidencia que a capital federal teve uma inflação de 9,83%, superando aquela medida pelo IPCA (Gráfico 10). Além disso, esse percentual foi o sétimo menor entre as 16 regiões pesquisadas pelo IBGE e ficou muito próximo ao IPCA do Brasil (+10,16%) no período.

**Gráfico 10 – INPC: Variação acumulada no trimestre e em 12 meses em relação ao trimestre anterior – Brasil e regiões – 4º trimestre de 2021 - %**

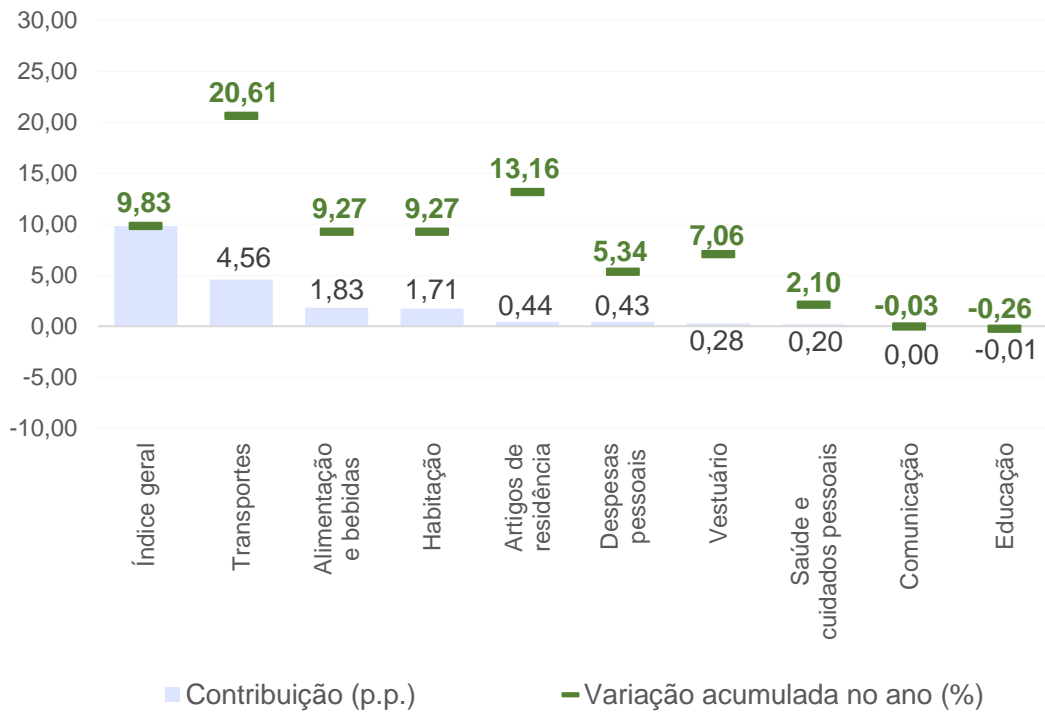


Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A variação elevada nos preços dos bens e serviços de *Transportes* (+20,61%) novamente se destaca e faz com que o grupo seja o de maior contribuição positiva para o índice geral. De acordo com o Gráfico 11, esse grupo cresceu, sozinho, 4,56 p.p. para o INPC, ou seja, responde por quase a metade da inflação do período<sup>17</sup>. O desempenho dos preços da *Gasolina* auxilia em justificar essa situação, uma vez que esse combustível acumulou alta de 53,67% entre janeiro e dezembro de 2021 e contribuição de 3,57 p.p. (Tabela 2). *Alimentação e bebidas* (+9,27% ou +1,83 p.p.) e *Habitação* (+9,27% ou +1,71 p.p.) mantiveram-se como as segunda e terceira maiores contribuições.

<sup>17</sup> A diferença da intensidade do impacto em relação ao IPCA se deve à distinção entre os pesos do grupo nesses dois índices de inflação.

**Gráfico 11 – INPC: Contribuição e variação dos grandes grupos para a inflação acumulada no ano – Distrito Federal – 4º trimestre de 2021 – p.p. e %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

**Tabela 2 – INPC: Itens com as maiores (azul) e menores (laranja) contribuições trimestrais e suas variações para o índice – Distrito Federal – 3º trimestre de 2021 - % e p.p.**

Subitens do INPC	Variação trimestral (%)	Contribuição (p.p.)
Gasolina	53,67	3,57
Energia elétrica residencial	23,79	0,93
Aluguel residencial	4,40	0,37
Gás de botijão	30,12	0,35
Automóvel usado	13,01	0,34
Aparelho telefônico	-3,00	-0,04
Perfume	-4,62	-0,05
Taxa de água e esgoto	-1,96	-0,06
Ensino superior	-6,12	-0,09
Arroz	-16,11	-0,13

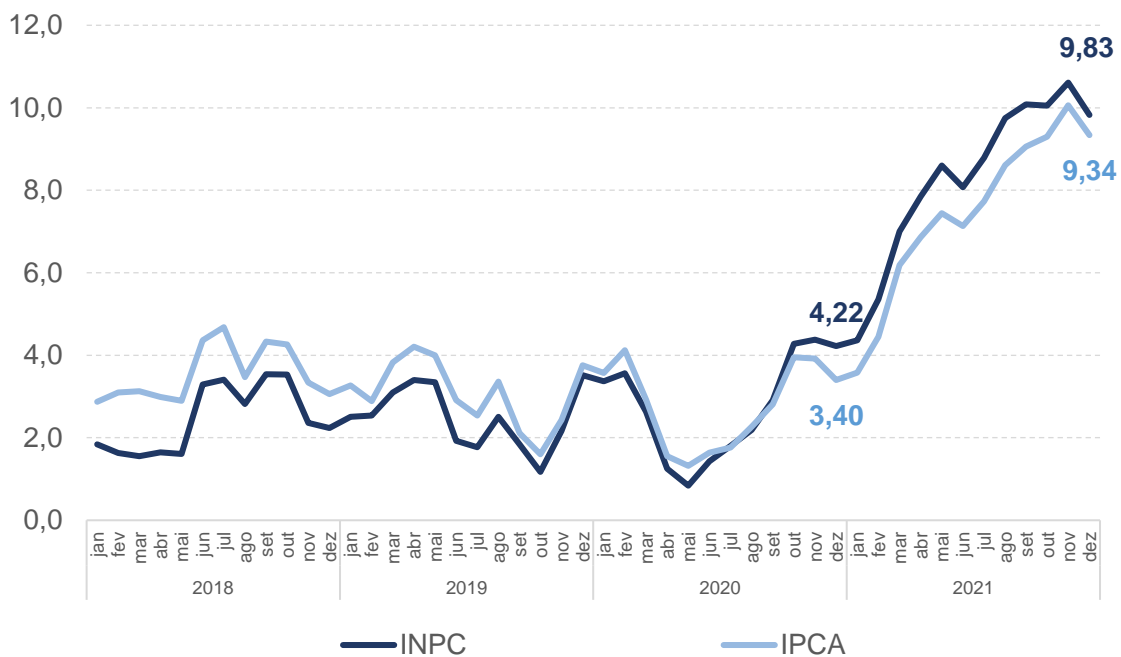
Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Ressalte-se que o comportamento dos preços dos serviços de *Educação*, que teve uma contribuição nula no IPCA, ajudou para que a inflação das famílias avaliadas no INPC, não fosse ainda maior, reduzindo o índice geral em 0,01 p.p.. Parte dessa contração, se deve à redução dos preços observadas no *Ensino Superior* (-6,12% ou -0,09 p.p.). Os itens de *Comunicação* apontaram uma variação negativa menos intensa, mas a sua contribuição permaneceu nula para o índice geral.

Diante do exposto, percebe-se que a dinâmica dos preços no Distrito Federal ao longo de 2021 apresentou uma tendência de alta que só foi interrompida em dezembro, quando desacelerou, trazendo a inflação para mais perto do limite superior da meta de inflação. Esse comportamento já é considerado prejudicial por corroer o poder de compra da população local, desestimulando o consumo e, conseqüentemente, o crescimento da economia.

Essa situação ainda é agravada pelo fato de o INPC ter permanecido acima do IPCA durante todo o período, como pode ser observado no Gráfico 12. Isso porque as famílias com renda domiciliar de um a cinco salários mínimos, são mais impactadas do que a maior parte da população do Distrito Federal<sup>18</sup>.

**Gráfico 12 – INPC e IPCA: Variação acumulada em 12 meses do nível de preços – Distrito Federal – janeiro de 2018 a dezembro de 2021 - %**



Fonte: IBGE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Por fim, os aspectos inflacionários que vigoraram em 2021 devem permanecer atuantes em 2022, dificultando um retorno adequado da inflação ao centro da meta estabelecida pelo Banco Central do Brasil. Além disso, o fato da pressão estar em itens considerados insumos de outros bens e serviços deve colaborar para que o aumento de preços se espalhe pela cesta de consumo da região.

<sup>18</sup> O IPCA considera as famílias que recebem de um a quarenta salários mínimos. Esse intervalo é estipulado para abarcar cerca de 90% das famílias brasileiras, ou seja, a maior parte da população nacional. No Distrito Federal, essa faixa atinge 87,0% dos domicílios.

# Seção IV

## Mercado de Trabalho

### 1. Sumário

Os principais indicadores do mercado de trabalho do Distrito Federal mostraram que, em 2021, vigorou um cenário produtivo otimista e de bom desempenho das diferentes atividades econômicas realizadas na capital do país. Isso se traduziu em aumento do nível de ocupação na capital. Esse movimento compensou a queda verificada nos rendimentos médios da população, segurando uma contratação mais significativa no total de recursos disponíveis das pessoas ocupadas da região e, conseqüentemente, evitando uma queda no nível de consumo e reforçando o estímulo positivo ao crescimento econômico.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF)<sup>19</sup> calculou em 15,9% a taxa de desemprego em dezembro, o que representa um recuo de 2,1 pontos percentuais (p.p.) em relação a dezembro do ano anterior e menor percentual desde janeiro de 2016, reduzindo para 263 mil o contingente de desempregados no final de 2021. A redução frente a 2020 ocorreu devido ao aumento do número de ocupados na capital, que superou o crescimento demográfico e o aumento da taxa de participação no período. O número de empregados no *Setor privado*, tanto *com carteira* (+42 mil empregados) quanto *sem carteira* (+10 mil vagas) teve forte crescimento e superou a contração observada entre os empregados *Autônomos* (-seis mil postos de trabalho). E, apesar do avanço do número de ocupados, a PED mostrou uma queda real na massa de rendimentos da população brasiliense devido, principalmente, ao recuo dos rendimentos no *Setor público*.

Focando a análise no mercado formal, o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED)<sup>20</sup> constatou que, pelo sexto trimestre consecutivo, o número de admissões ocorridas superou o de desligamentos. Assim, o saldo acumulado em 2021 foi de 56.011 postos de trabalho com carteira assinada. Todos os grandes setores avaliados tiveram saldos positivos, com destaque para os *Serviços* (+44.525 vagas, das quais, 11.468 foram no *Comércio*). No quarto trimestre de 2021, foram criados 8.348 empregos formais no Distrito Federal.

Por fim, os requerimentos de seguro-desemprego reforçam a percepção de que o mercado formal de trabalho distrital está reduzindo o estímulo aos desligamentos, fazendo com que esse indicador retorne ao patamar observado no período anterior à crise sanitária desencadeada pela Covid-19.

---

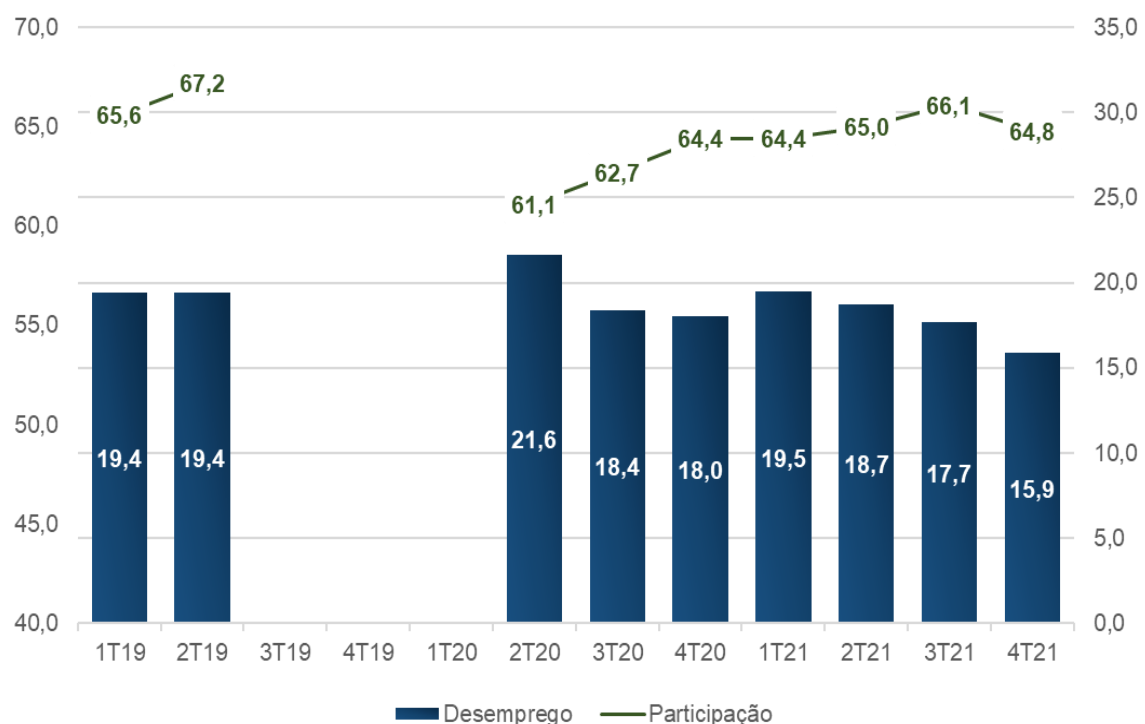
<sup>19</sup> A PED/DF teve sua divulgação suspensa entre setembro de 2019 e março de 2020 por motivos técnicos. Com o retorno da pesquisa pela Codeplan e pelo DIEESE, foi possível restabelecer a análise da Pesquisa de Emprego e Desemprego.

<sup>20</sup> A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia substituiu o uso do Sistema CAGED para registro de admissões e desligamentos pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Novo CAGED), incorporando novas fontes de dados a fim de complementar a informação de desligamentos. A mudança de metodologia ocorreu em janeiro de 2020, mas a nova série de dados só foi disponibilizada em maio do mesmo ano.

## 2. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF)

O número de pessoas desempregadas no Distrito Federal foi estimado em 263 mil pessoas no último trimestre de 2021 pela PED/DF<sup>21</sup>, apresentando um decréscimo significativo em relação aos 297 mil observados no trimestre imediatamente anterior. O recuo da taxa de participação<sup>22</sup> para 64,8% em relação ao trimestre anterior, que indica uma contração no contingente de pessoas em idade ativa dentro do mercado de trabalho, contribuiu para reduzir a taxa de desemprego da capital e encerrar o ano em 15,9% (Gráfico 1). É importante destacar que o percentual de desempregados é o menor registrado para a capital federal desde janeiro de 2016 quando foi de 15,6%.

**Gráfico 1** – PED/DF – Taxa de desemprego e de participação (%) – 1º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2021\* – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

\*Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

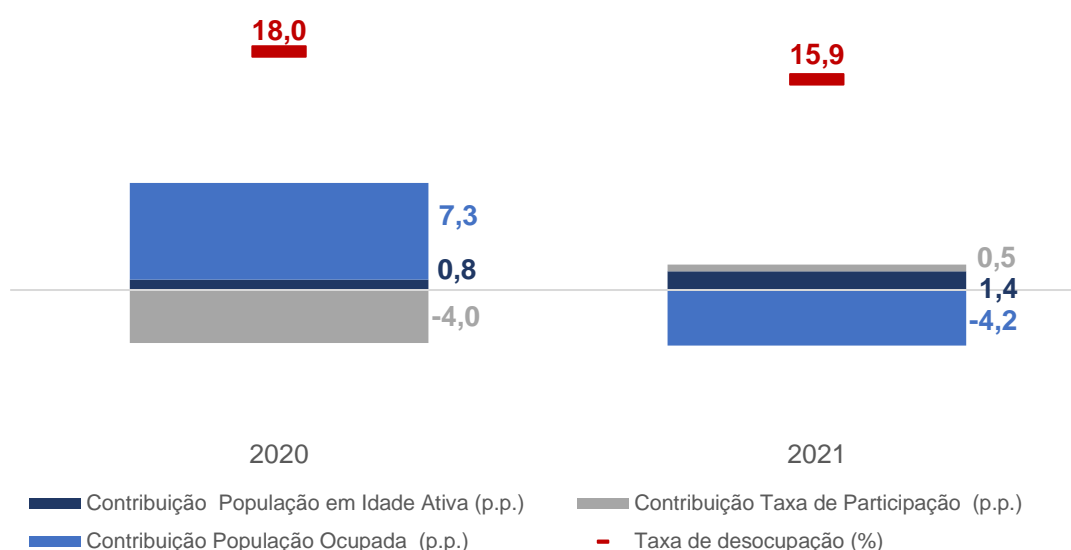
<sup>21</sup> A PED/DF é uma pesquisa desenvolvida pela Codeplan, em parceria com o Departamento Sindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE), e possui metodologia própria a fim de melhor captar as realidades do mercado de trabalho local. Assim, seus resultados não são simétricos a outras pesquisas voltadas ao mesmo tema como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral (PNADCT).

<sup>22</sup> É definida como a porcentagem da população em idade ativa que estava ocupada ou que procurou trabalho nos últimos 30 dias.



Decompondo a variação da taxa de desemprego entre 2020 e 2021, percebe-se que a maior contribuição para o resultado do ano veio do aumento da população ocupada. Esse indicador diminuiu, individualmente, o desemprego distrital em 4,2 pontos percentuais (p.p.) conforme apresentado no Gráfico 2. O aumento da taxa de participação, que passou de 64,4% para 64,8% no período, e o crescimento da população em idade ativa, movimento decorrente do crescimento demográfico e do envelhecimento dos habitantes locais, impediram uma queda maior no desemprego do Distrito Federal, contribuindo, conjuntamente, para elevar a taxa em 1,9 p.p.

**Gráfico 2** – PED/DF – Decomposição da variação na taxa de desemprego (p.p.) e taxa de desemprego<sup>23</sup> (%) – 2020 e 2021 – Distrito Federal



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

As consecutivas melhoras do nível de ocupação também são observadas na Tabela 1 que traz a comparação dos resultados da PED no encerramento do ano de 2021 com o ano de 2020. Nela, verifica-se que a população ocupada absorveu mais 66 mil pessoas (+5,0%) entre dezembro de 2021 e o final do ano anterior, alcançando 1,39 milhão de trabalhadores. Essa expansão do número de ocupados superou o crescimento populacional (+1,7%) e o aumento da taxa de participação (+0,4 p.p.) interanuais, reduzindo a taxa de desemprego na capital federal em 2,1 p.p. no período.

<sup>23</sup> É possível que haja pequenas discrepâncias entre o somatório das contribuições dos indicadores e a variação total da taxa de desocupação. Essas diferenças resultam apenas do arredondamento dos valores, não impactando a análise do mercado de trabalho.

**Tabela 1 – PED/DF – Comportamento do mercado de trabalho – 2020 e 2021 – Distrito Federal**

Pesquisa de Emprego e Desemprego				
	2020	2021	Variação %	Variação absoluta
Indicadores (em mil pessoas)				
População				
Em idade de trabalhar (PIA)	2.506	2.548	1,7%	42
Na força de trabalho (PEA)	1.612	1.651	2,4%	39
Ocupada	1.322	1.388	5,0%	66
Desocupada	291	263	-9,6%	-28
Fora da força de trabalho (Inativos)	893	897	0,4%	4
Posição na ocupação				
Empregado no setor privado com carteira	515	557	8,2%	42
Empregado no setor privado sem carteira	98	108	10,2%	10
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	289	295	2,1%	6
Autônomo	241	235	-2,5%	-6
Empregado doméstico	75	78	4,0%	3
Demais posições	104	115	10,6%	11
Taxas (em pontos percentuais)				
Taxa de desemprego	18,0	15,9	-	-2,1
Taxa de participação na força de trabalho	64,4	64,8	-	0,4
Rendimento médio real (em reais)				
Assalariados	4.940	4.137	-16,3%	-803

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

O resultado positivo no ano é corroborado pela constatação que apenas uma das seis posições na ocupação teve redução no seu número de ocupados em 2021. Os empregados *Autônomos* viram seu contingente de ocupados recuar em 2,5% (equivalente a fechar seis mil vagas) no período.

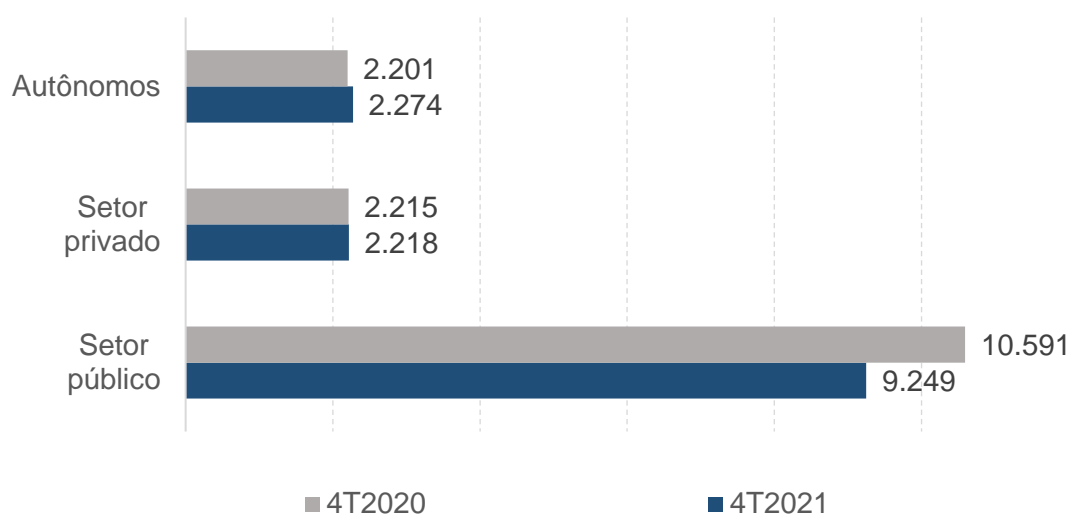
Entre as demais ocupações, o maior destaque foi o *Setor privado*, tanto *com carteira* (+8,2% ou 42 mil postos de trabalho) quanto *sem carteira* (+10,2% ou dez mil postos), mostrando indícios de recuperação da economia distrital após os fortes impactos da pandemia. Já o *Setor público*, apesar do crescimento no período, apresentou-se de forma menos intensa (+2,1% ou seis mil empregos).

Também o número de *Empregados domésticos* cresceu 4,0% em 2021 (+três mil vagas), enquanto as *Demais posições* viram um aumento de 10,6% no seu número de ocupados (+11 mil postos de trabalho).

Os resultados satisfatórios do mercado de trabalho distrital são reflexos de uma atividade produtiva mais dinâmica do que a observada em 2020 na região.

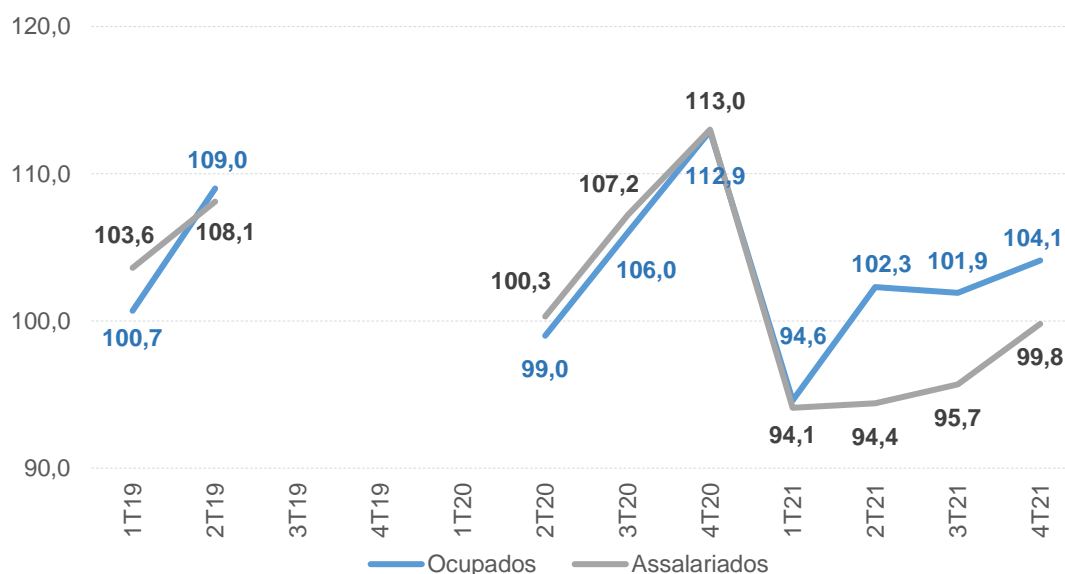
O rendimento real médio dos assalariados, porém, recuou 16,3% no ano de 2021 em relação aos valores observados em dezembro de 2020, passando de R\$ 4.940,00 para R\$ 4.137,00. Esse resultado é explicado predominantemente pelos salários no *Setor público* que teve queda no rendimento de 12,7% no ano.

**Gráfico 3 – PED/DF – Rendimento (R\$) médio real\*, por posição na ocupação – 4º trimestre de 2020 e 4º trimestre de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. \*Valores deflacionados pelo INPC.

**Gráfico 4 – PED/DF – Evolução da massa de rendimentos reais\* – Número-índice (média de 2012 = 100) – 1º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2021† – Distrito Federal**



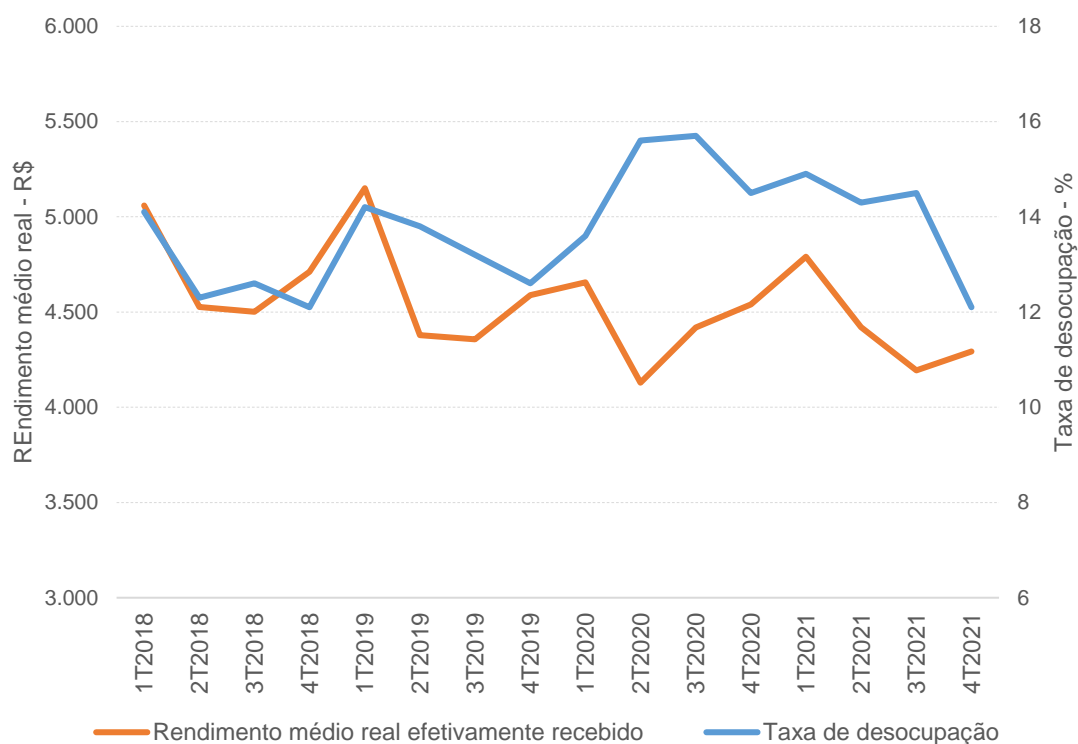
Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED/DF). Convênio Codeplan-DIEESE. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan. \*Valores deflacionados pelo INPC. †Não houve divulgação da PED entre setembro de 2019 e março de 2020.

Essa contração nos rendimentos reais dos trabalhadores superou o aumento no quadro de ocupados no Distrito Federal em 2021 e levou a uma redução da massa de rendimentos na capital federal (Gráfico 4). Esse indicador segue em recuperação das perdas observadas no primeiro trimestre do ano; teve avanço regularmente ao longo de 2021, mas ainda se encontra abaixo dos valores observados no final de 2020.

## BOX: A decomposição da variação dos rendimentos no Distrito Federal

A massa de rendimentos reais do Distrito Federal apresentou queda de 3,1% entre o primeiro e o quarto trimestre de 2021. Entretanto, esse movimento não está associado a uma maior ociosidade do mercado de trabalho. Ao contrário, nesse período, observou-se uma redução significativa da taxa de desocupação na capital federal conforme apresentado no Gráfico A.

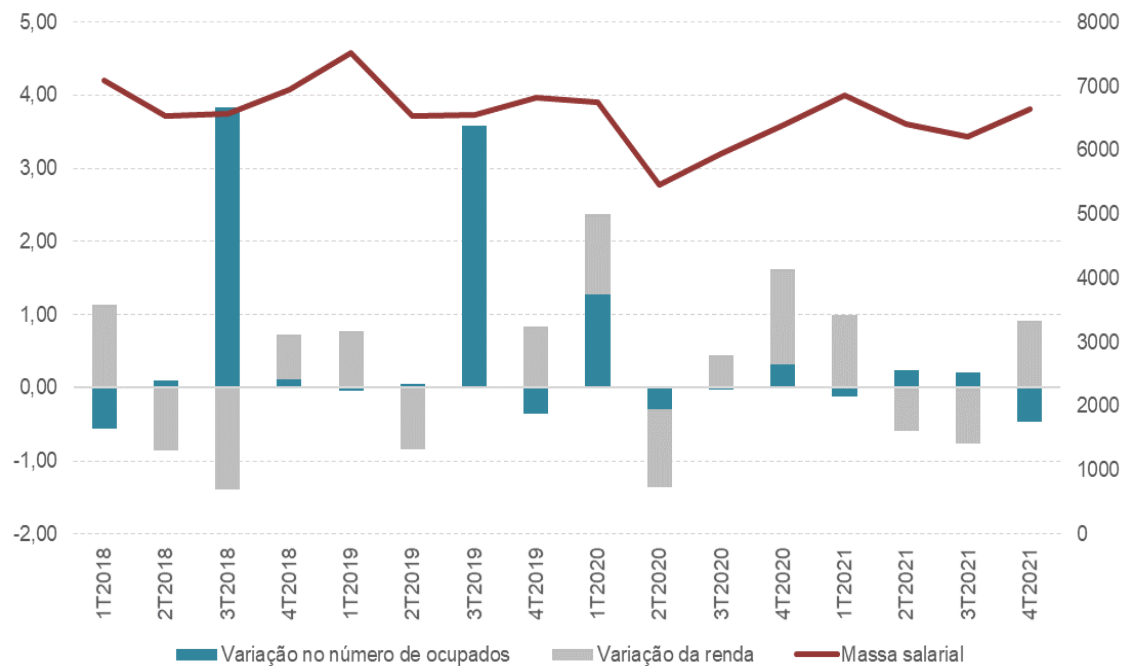
Gráfico A – Evolução da taxa de desocupação e do rendimento médio real efetivamente recebido – Distrito Federal – 1º tri 2018 a 4º tri 2021 - % e R\$



Fonte: PnadCT (IBGE). Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Assim, para uma correta análise do desempenho do potencial do poder de compra da população é preciso decompor a variação total para indicar as contribuições atribuídas à mudança no tamanho relativo de cada grupo de trabalhadores para a variação no rendimento médio total (MP) e à variação no rendimento de cada grupo para o rendimento médio total (MR). A participação de cada condicionante para a evolução da renda dos ocupados é apresentada no Gráfico B.

Gráfico B – Decomposição do rendimento médio dos ocupados, por efeito, e evolução da massa salarial – Distrito Federal – 1º tri de 2018 a 4º tri de 2021 – pontos percentuais (p.p.)



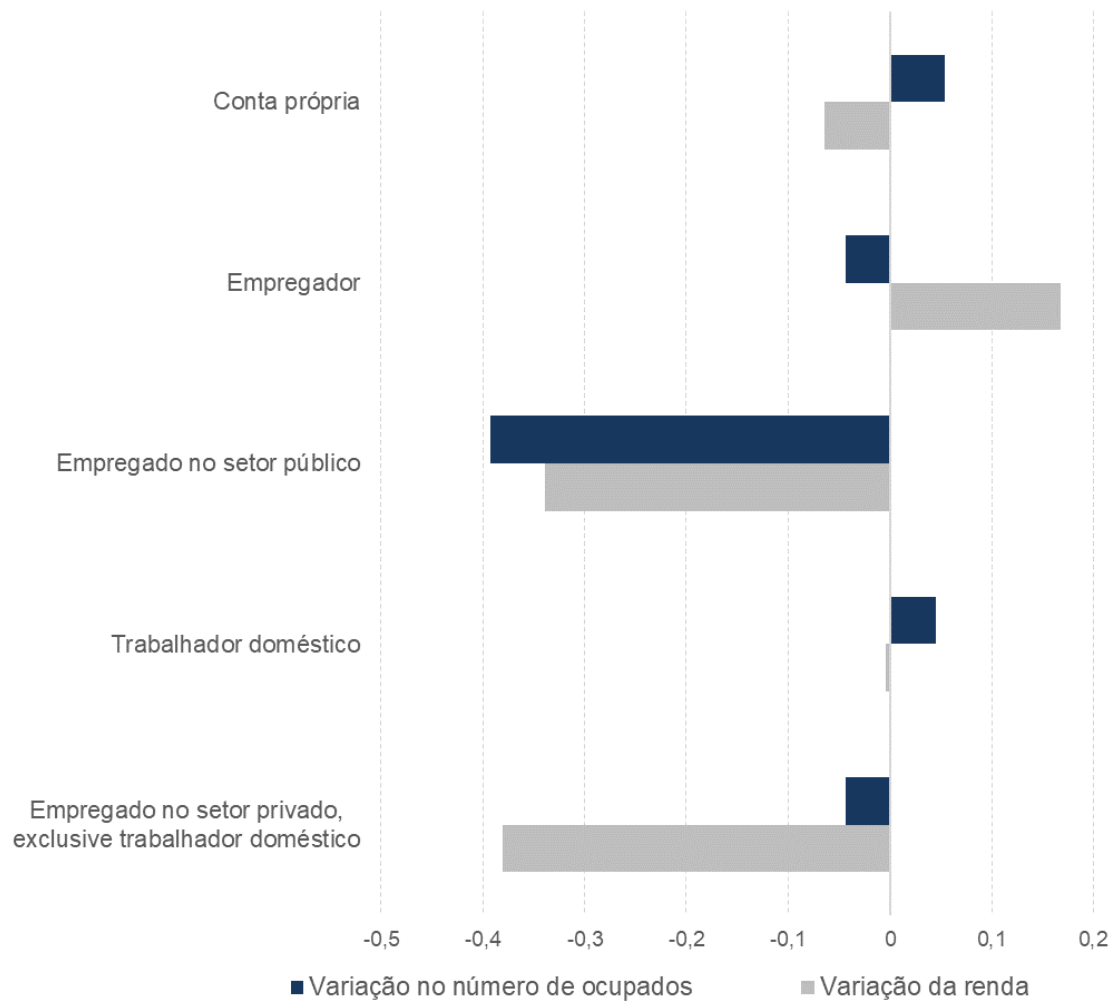
Fonte: PnadCT (IBGE). Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Como é possível notar, o aporte devido a mudanças na participação dos ocupados em cada categoria de trabalho foi mais significativo nos segundo e terceiro trimestres de 2021, auxiliando que a queda dos rendimentos fosse mais tênue, enquanto o efeito da variação da renda de cada grupo atuou nos primeiros e quarto trimestres de 2021 para elevar a renda média local.

Quando a decomposição é feita por categoria de ocupação, é evidente que a redução dos rendimentos médios da população brasiliense se deve a uma redução na participação e na remuneração dos Empregados no setor público, bem como nos Empregados do setor privado, exclusive trabalhador doméstico, duas das posições com a maior remuneração relativamente as demais ocupações.

Dessa forma, verifica-se que a queda no rendimento médio no Distrito Federal observada entre o primeiro e o quarto trimestre de 2021 é, principalmente, um retrato da modificação na composição da população ocupada que perdeu participação das posições com maior remuneração como os *Empregados no setor público* e os *Empregados do setor privado, exclusive trabalhador doméstico*. Já os ganhos na remuneração dos *Empregadores* contribuíram para que a queda não fosse ainda mais significativa.

Gráfico C – Decomposição do rendimento médio dos ocupados, por categoria de ocupação – Distrito Federal – 1º tri de 2021 a 4º tri de 2021 – pontos percentuais (p.p.)



Fonte: PnadCT (IBGE). Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

No entanto, vale mencionar que a queda no rendimento é prevista pela teoria econômica como um mecanismo de ajuste para absorver os excedentes de desempregados no mercado de trabalho. Assim, com rendimentos menores, as empresas ofertam uma maior quantidade de vagas, atuando para reduzir o nível de desocupação local. Esse é justamente o movimento observado ao longo de 2021.

### 3. Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Novo CAGED

Considerando apenas as vagas formais do Distrito Federal, as estatísticas divulgadas pelo Novo Caged<sup>24</sup> reforçam a ideia de que o mercado de trabalho está em franca recuperação e acelera o ritmo de criação de postos de trabalho.

#### Resultados do 4º trimestre de 2021

No último trimestre de 2021, foram abertos 8.348 postos de trabalho formal<sup>25</sup> no Distrito Federal, mostrando um saldo positivo entre o número de admissões e de desligamentos na capital (Gráfico 5). Apesar de o resultado ser inferior ao observado no terceiro trimestre do ano (+22.065 vagas), comportamento já esperado dada a sazonalidade do indicador, ele representa um crescimento de 22,3% em relação ao saldo verificado no mesmo trimestre de 2020. Com o resultado do trimestre, a capital assegura o sexto saldo positivo consecutivo em termos de vagas com carteira assinada.

Entre os grandes setores, apenas a *Agropecuária* apontou retração entre setembro e dezembro de 2021, e mesmo assim com pouca intensidade (-146 postos de trabalho). O setor de *Serviços* foi responsável sozinho pela abertura de 7.539 postos formais de trabalho, dos quais, 3.040 deles relacionados à atividade de *Comércio*, uma das mais afetadas pela pandemia da Covid-19. No setor industrial, houve criação de 955 vagas formais no período, a maior parte delas no segmento de *Construção* (+527 vagas).

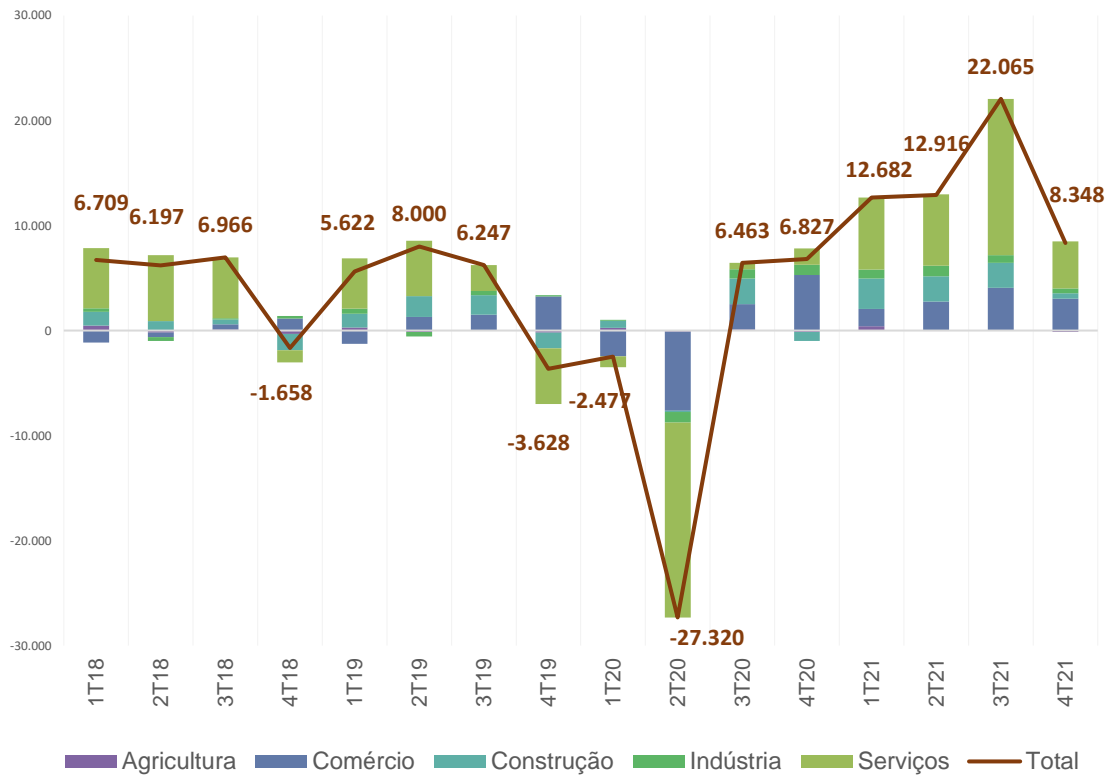
Vários fatores podem ter corroborado para o crescimento desse resultado positivo, entre eles: a flexibilização das restrições, com a ampliação do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais pelo lado da oferta e o avanço das campanhas de vacinação que possibilitou, pelo lado da demanda, uma maior mobilidade da população.

---

24 As estatísticas do emprego formal do Distrito Federal e de todos os estados brasileiros passaram, no ano de 2020, a ser divulgadas pelo Novo CAGED, que utiliza o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – antigo) e as informações do Empregador Web para gerar os dados sobre o mercado de trabalho.

25 Dados extraídos no dia 23 de fevereiro de 2022.

**Gráfico 5 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por grandes setores – 1º trimestre de 2018 ao 4º trimestre de 2021 – Distrito Federal**



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Analisando o comportamento do mercado formal por segmento produtivo, nota-se que *Comércio* (+3.040 vagas) e *Alojamento e alimentação* (+1.585 vagas), segmentos que sofreram muito com a pandemia no cenário distrital e nacional, apresentaram resultados bastante positivos no trimestre, ocupando a primeira e terceira colocações, respectivamente. Já as *Atividades administrativas* ficaram no segundo lugar do ranking de saldo de criação de vagas, com +2.472 postos de trabalho conforme mostrado no Gráfico 6.

O maior saldo negativo do trimestre foi verificado no segmento de *Educação*, com fechamento de 1.767 postos de trabalho com carteira assinada no período. Esse comportamento, porém, é esperado por ser tradicional do último trimestre de cada ano, quando se encerram o ano escolar e os contratos temporários em vigor até dezembro.



**Gráfico 6 – CAGED – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – 4º trimestre de 2021 – Distrito Federal**



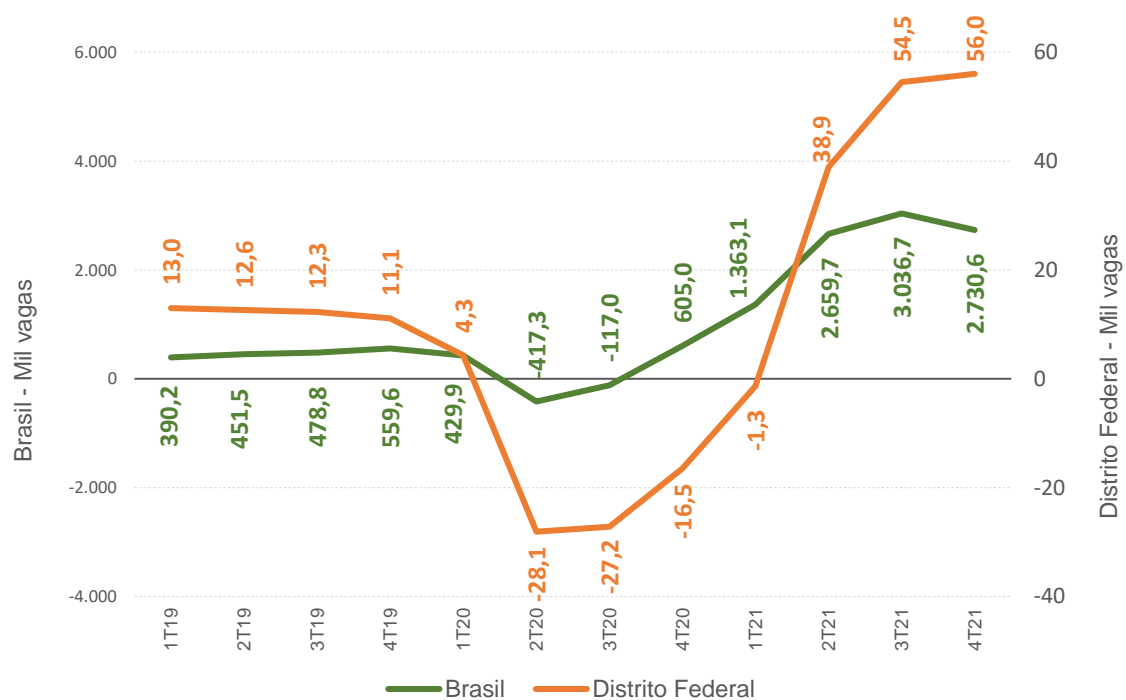
Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

A expansão da população ocupada no mercado formal reflete a recuperação econômica que ocorreu concomitante ao avanço da vacinação no Distrito Federal. Isso possibilitou um melhor desempenho das atividades que foram consideradas não essenciais ou que geravam aglomerações, além do retorno gradual à normalidade do comportamento do consumidor local.

## Resultados acumulados em 12 meses

Os resultados tendenciais evidenciados pelo comportamento dos setores no ano de 2021 revelam um cenário bastante otimista do mercado de trabalho ao mostrar uma trajetória ascendente e sustentada de saldos positivos tanto em nível nacional como distrital de acordo com os dados do Gráfico 7. Assim, o saldo em 2021, no Distrito Federal, constata a criação líquida de 56,0 mil vagas formais no período. No Brasil, o saldo acumulado é ainda maior e denota a criação líquida de mais de 2,7 milhões de postos de trabalho formais.

**Gráfico 7** – Novo Caged – Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1) acumulado em 12 meses – 1º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2021 – Brasil e Distrito Federal – Mil vagas



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Nessa perspectiva de longo prazo, o segmento econômico que obteve o maior saldo positivo no DF foi o de *Comércio* que criou 11.468 vagas em 2021. A *Saúde humana* (+8.395), a *Construção* (+8.208) e as *Atividades administrativas* (+7.102 vagas) também encabeçam a lista das atividades na qual se observa um número de admissões superior ao de desligamentos. Esses quatro segmentos apareciam também nas quatro primeiras posições no saldo acumulado em 12 meses no terceiro trimestre de 2021, mostrando que elas têm-se tornado o vetor de crescimento recente do mercado de trabalho distrital. Os dados são apresentados no Gráfico 8.

**Gráfico 8** – Novo Caged– Saldo entre admitidos (+1) e desligados (-1), por seção da CNAE – Acumulado em 12 meses – 4º trimestre de 2021 – Distrito Federal



Fonte: CAGED/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

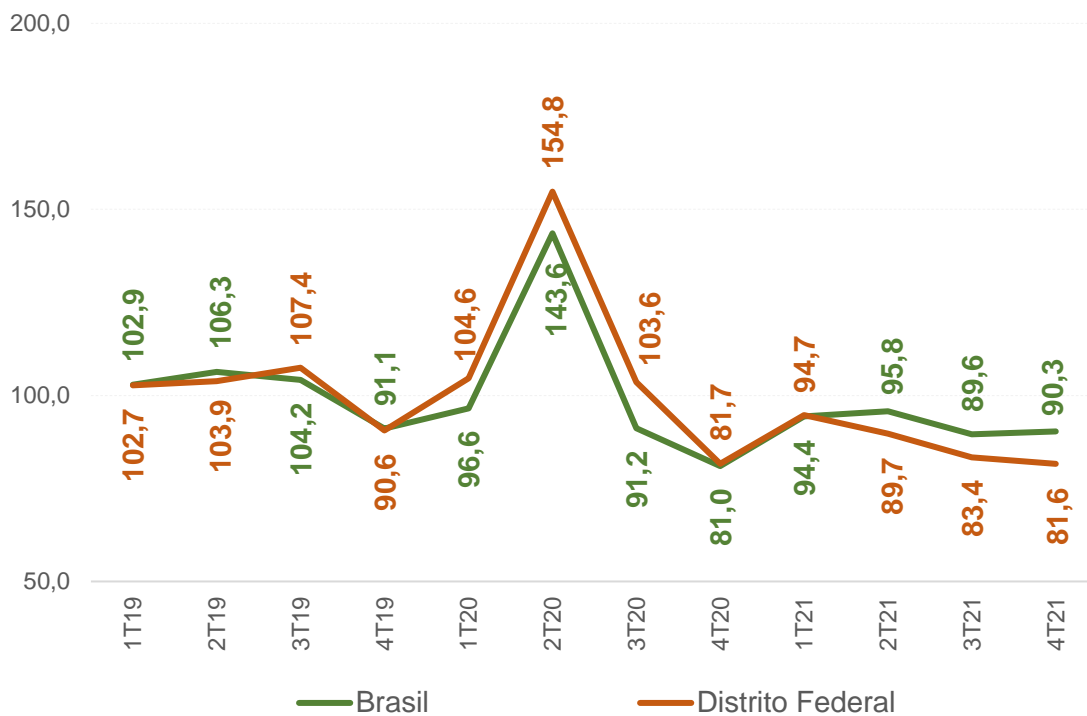
No sentido oposto, as *Atividades financeiras e de seguros* amargaram pelo quarto trimestre consecutivo o último lugar no ranking, extinguindo 111 postos de trabalho no saldo acumulado em 12 meses. Os serviços de *Eletricidade e gás* (-63 vagas) também apontaram saldo negativo no indicador. Apesar desses resultados, é importante destacar que 19 dos 21 segmentos criaram empregos em 2021 e que a soma dos resultados negativos dos setores de contração no período representa 1,5% do crescimento observado apenas dentro do *Comércio*, corroborando o bom resultado do mercado de trabalho distrital no ano.

O atual panorama indica que o mercado de trabalho do Distrito Federal está em uma trajetória sustentada de recuperação, com a maior parte de suas atividades produtivas apresentando um bom desempenho. O contingente de desempregados se encontra no seu menor patamar desde janeiro de 2016, e a tendência é que a parcela da população que está buscando uma colocação encontre uma posição conforme o nível de atividade produtiva local se incrementa.

#### 4. Seguro-Desemprego (ME)

A melhora do mercado de trabalho se faz sentir igualmente na redução da procura pelo seguro-desemprego no Distrito Federal. O Gráfico 9 mostra o número de requerimentos desse importante benefício financeiro concedido aos empregados formais dispensados sem justa causa. Observa-se que foram três trimestres consecutivos de queda, de forma que o número de requerimentos se encontra abaixo do nível observado no período pré-pandemia.

**Gráfico 9** – Seguro-desemprego – Número trimestral de requerentes – 1º trimestre de 2019 a 4º trimestre de 2021 – Brasil e Distrito Federal – Número-índice (média de 2018 = 100)



Fonte: Painel de Informações do Seguro-Desemprego/ME. Elaboração: GECON/DIEPS/Codeplan

Em nível nacional, nota-se que as solicitações da proteção social também retornaram ao patamar observado antes da crise sanitária mundial. No entanto se encontram acima dos níveis apresentados na capital federal ao longo de 2021.

## Considerações finais

O ano de 2021 foi marcado por uma economia menos restrita perante as medidas de distanciamento social que vigoraram no ano anterior e que precisaram ser retomadas durante o primeiro semestre de 2021 para conter a segunda onda de contágio da Covid-19. Grande parte dos estabelecimentos comerciais operaram em horários regulares, embora ainda com algumas limitações de lotação, e eventos puderam ser realizados desde que respeitadas as regras sanitárias vigentes. Esse cenário, associado ao avanço da vacinação da população do Distrito Federal, beneficiou o nível de atividade produtiva, que produziu resultados superiores aos verificados no mesmo período do ano anterior. Assim, apesar da inflação elevada e sustentada, o quarto trimestre de 2021 se encerrou com uma aceleração da atividade econômica distrital e a menor taxa de desemprego desde 2015.

O desempenho econômico a nível nacional seguiu uma trajetória semelhante. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro apresentou um crescimento de 4,6%, ligeiramente acima dos 4,5% projetados pelos agentes do mercado<sup>26</sup>, e uma criação recorde de empregos no ano que levou a taxa de desemprego ao mesmo patamar do final de 2019, período anterior à pandemia no país.

Ainda assim, existem importantes fatores que estão atuando para resguardar as perspectivas sobre o nível de atividade, preços e mercado de trabalho ao longo do próximo ano. A persistência da inflação no país e a queda do rendimento médio dos trabalhadores estão atuando para diminuir o potencial de consumo das famílias e prejudicar o crescimento do país. Fatores externos também desempenharão papel relevante no processo de formação de expectativas como, por exemplo, o recente conflito armado entre Rússia e Ucrânia. As instabilidades do mercado internacional podem prejudicar as transações comerciais e propiciar um cenário ainda mais inflacionário.

Ademais, o ano de 2022 será marcado pela disputa eleitoral presidencial, que trará incertezas acerca do direcionamento político e econômico do país e pode adiar as decisões de investimento de forma a diminuir o ritmo de produção. Diante do exposto, o mercado prevê um desempenho fraco do PIB nacional em 2022, projetando uma variação de apenas 0,5% no ano<sup>27</sup>.

Nessa conjuntura, as contas públicas nacionais, que se beneficiaram da ampliação da arrecadação e da redução dos gastos com programas sociais de ajuda emergencial, devem traçar uma trajetória descendente do déficit primário em relação ao PIB brasileiro. Porém, a trajetória fiscal ainda depende do avanço das reformas tributária e administrativa no Legislativo Federal para desenhar um curso mais concreto. Em termos de política monetária, o Comitê de Política Monetária (COPOM) decidiu acelerar o ritmo de elevação da taxa de juros da economia brasileira<sup>28</sup> a fim de alcançar certa estabilidade de preços.

---

<sup>26</sup> Segundo mediana das expectativas dos últimos 30 dias do dia 4 de março de 2022, extraídas do Sistema de Expectativas de Mercado, do Banco Central. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/expectativas2/#/consultaSeriesEstatisticas>.

<sup>27</sup> Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, do dia 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20220318.pdf>.

<sup>28</sup> A taxa Selic foi elevada de 2,00% para 2,75% em março de 2021, 3,50% em maio, 4,25% em junho, 5,25% em agosto, 6,25% em setembro, 7,75% em outubro, 9,25 em dezembro, 10,75% em fevereiro de 2022 e 11,75% março de 2022.

Isso porque o controle inflacionário requer atenção redobrada no momento. A alta da cotação das *commodities* agrícolas, metálicas e energéticas, a desvalorização do Real, a crise hídrica brasileira e a falta de insumos para abastecer as cadeias produtivas internacionais contribuíram para a elevada inflação vivenciada pela capital federal e pelo país. Em 2021, o aumento de preços acumulou uma variação de 9,34% no Distrito Federal e de 10,06% no Brasil. As projeções do BCB para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 2022, indicam uma perspectiva de alta de 6,59% nos preços nacionais<sup>29</sup>. Dessa forma, a pressão inflacionária deve recuar ao longo do próximo ano, mas ainda encerrar 2022 acima do limite superior da meta inflacionária do Banco Central, de 5,00%.

Assim, avalia-se que as perspectivas econômicas sinalizam um panorama de avanço no mercado de trabalho e do índice de preços tanto no cenário nacional quanto no do Distrito Federal no próximo ano. Contudo, as fortes incertezas internas e externas devem desacelerar o ritmo de crescimento econômico observado em 2021, o que leva a uma maior cautela na construção de expectativas para o desempenho do PIB brasileiro e da atividade econômica da capital federal.

---

<sup>29</sup> Segundo o Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, do dia 18 de março de 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20220318.pdf>.